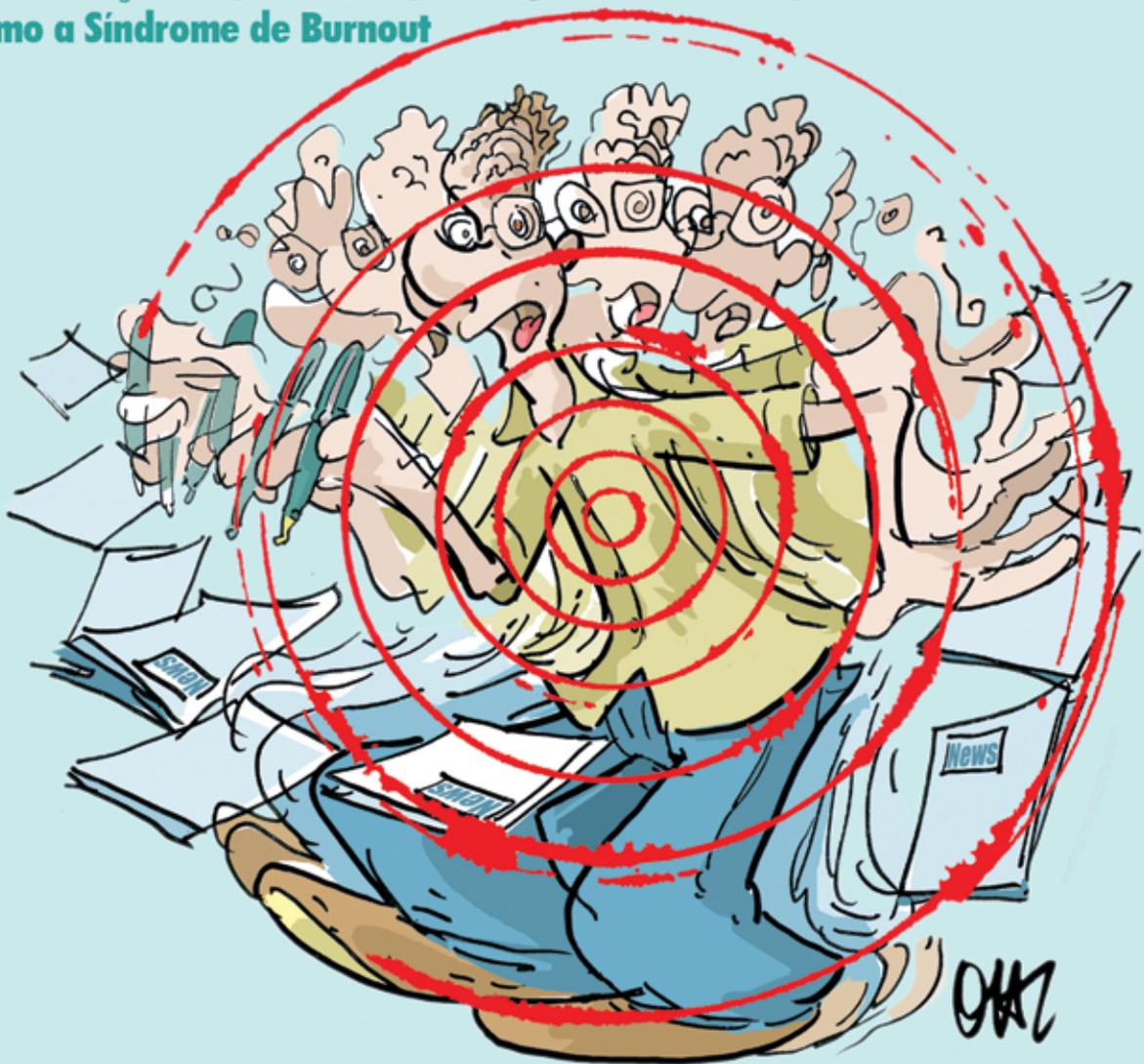


# Revista AduSP

Associação dos Docentes da USP  
Seção Sindical da Andes-SN - Setembro de 2010 - Nº48

## Produtivismo acadêmico, estresse laboral & distúrbios afins

A preocupante relação entre a cientometria reinante e as doenças ocupacionais que afligem os docentes, como a Síndrome de Burnout



■ Novos professores da USP e o que pensam da carreira ■  
■ Crise salarial nos Institutos Públicos de Pesquisa de SP ■



## EDUCAÇÃO

6

**Direito à educação de crianças de até 6 anos enfrenta contradições**

Bianca Correa e Theresa Adrião

## CARREIRA DOCENTE

14

**Estresse laboral, assédio moral e burnout marcam produtivismo**

Marina Pita

22

**Novos docentes da USP revelam suas expectativas e convicções**

Tadeu Breda e Tatiane Klein

31

**Crônica de certa trajetória docente imaginária, ou quase**

Flávio C. A. Tavares

## CIÊNCIA E TECNOLOGIA

34

**Institutos Públicos de Pesquisa correm risco de “apagão” em SP**

Tatiane Ribeiro

41

**Instituto Butantan, público, subordina-se a fundação privada**

Guilherme Jeronymo

## PODER JUDICIÁRIO

49

**Os Tribunais e a efetividade dos direitos do servidor público**

Lara Lorena

## DITADURA

54

**Justiça Militar agora quer punir civil por suposto crime militar**

Rudson Pinheiro Soares

56

**Entrevista: ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE**

“Eles querem pegar o pessoal da Associação de Praças do Exército”

59

REGISTRO

**Cotas segundo Kabengele Munanga**

#### DIRETORIA

João Zanetic, Suzana Salem Vasconcelos, Elisabetta Antonietta R.M.C. Santoro, Heloísa Borsari,  
Maria de Fátima Simões Francisco, Marcelo Luiz Martins Pompêo, Jessé D'Assunção Rebello de Souza Júnior,  
Demóstenes Ferreira da Silva Filho, Andrés Vercik, Francisco Arthur da Silva Filho

#### Comissão Editorial

Décio Crisol Donha, Dilma de Melo Silva, Flávio César Almeida Tavares,  
José Marcelino de Rezende Pinto, José Maria Pacheco, Luiz Menna-Barreto,  
Jessé D'Assunção Rebello de Souza Júnior, Maurilane de Souza Biccás, Osvaldo Coggiola

**Editor:** Pedro Estevam da Rocha Pomar

**Assistente de redação:** Thais Carrança

**Editor de Arte:** Luís Ricardo Câmara

**Ilustrações desta edição:** José Nogueira Ohi

**Assistente de produção:** Rogério Yamamoto

**Secretaria:** Alexandra Moretti e Aparecida de Fátima dos R. Paiva

**Distribuição:** Marcelo Chaves e Walter dos Anjos

**Refeitório:** Ivanilda Comotti Ramos

Tiragem: 5.500 exemplares

Gráfica: Copypress

Adusp - S. Sind.

Av. Prof. Luciano Gualberto, trav. J, 374

CEP 05508-900 - Cidade Universitária - São Paulo - SP

Internet: <http://www.adusp.org.br> • E-mail: [imprensa@adusp.org.br](mailto:imprensa@adusp.org.br)

Telefones: (011) 3813-5573/3091-4465/3091-4466 • Fax: (011) 3814-1715

A Revista **Adusp** é uma publicação quadrimestral da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, destinada aos associados. Os artigos assinados não refletem, necessariamente, o pensamento da Diretoria da entidade.

Contribuições inéditas poderão ser aceitas, após avaliação pela Comissão Editorial.

# SEM DÓ NEM PIEDADE

Doenças ocupacionais e acidentes de trabalho em larga escala são um dos mais notórios subprodutos do capitalismo. A Revolução Industrial igualou ou suplantou, neste aspecto, as terríveis experiências da escravidão e da servidão. O desgaste e consumo, eventualmente literal, do corpo humano por engrenagens e maquinarias, em ambientes altamente insalubres, foi descrito por pensadores do calibre de Engels e Marx e registrado em inúmeras imagens, não raro trágicas e comoventes. Até os dias de hoje, em diferentes setores da produção persistem condições de trabalho árduas, exaustivas e perigosas, que deixam marcas indelévels nos que a elas sobrevivem. Basta citar o drama vivido pelos mineiros soterrados no Chile.

Alguém poderá dizer que estas considerações são válidas apenas para as atividades diretamente produtivas, exercidas por operários fabris ou por trabalhadores de setores de risco, como os eletricitários. Mas a verdade é que toda profissão assalariada rende seu tributo às exigências do capital. Os docentes universitários, por exemplo, mesmo quando funcionários do setor público, cada vez mais vêm-se submetidos a uma lógica de superexploração, (mal) disfarçada por sofisticados paradigmas meritocráticos. Seu algoz não é a máquina que pode arrancar uma parte do braço do operador, nem a linha elétrica de alta tensão que fulmina a um simples toque, mas o sistema de premiações e punições, que preconiza variadas formas de rebaixamento funcional dos docentes caso deixem de atender a determinadas exigências (em geral, quantitativas).

Nesta edição relatamos a existência de pesquisas acadêmicas que estabelecem forte relação entre, de um lado, as imposições de tipo produtivista que passaram a ser feitas ao trabalhador docente, e de outro lado uma série de doenças de fundo nervoso, como o estresse laboral e a Síndrome de Burnout. No cenário atual, o assédio moral torna-se um fenômeno corriqueiro, na medida em que é utilizado por chefes e até por colegas como forma de pressão para que o docente “desviante” enquadre-se no padrão produtivo considerado aceitável.

## **Novos docentes opinam**

Há espaço para lutar contra a cientometria reinante? Sim, a julgar pela opinião majoritária de um grupo de novos docentes da USP ouvidos por nós. Eles estão dispostos a trabalhar duramente e a envolver-se nas tarefas de ordem institucional, mas não pretendem abdicar da capacidade de refletir sobre o próprio trabalho e sobre os critérios de avaliação.

## **Crise nos IPPs**

Voltamos a tratar de assunto que consideramos da maior gravidade: o sucateamento dos institutos públicos de pesquisa (IPPs) do Estado de São Paulo. Quatro anos após nossa primeira matéria a respeito, publicada na *Revista Adusp* 38, a situação dos IPPs não melhorou, ao contrário: está ocorrendo evasão de pesquisadores, em razão dos baixos salários oferecidos pelo Estado.

Uma reportagem específica aborda o caso do Instituto Butantan e de sua intrigante relação com a Fundação Butantan, entidade privada que controla inteiramente a gestão desse IPP. Funcionários querem transparência, pois a fundação ignorou um desvio de R\$ 35 milhões. Willy Beçak, notável pesquisador e ex-diretor do Butantan, denunciou, já em 2009: “O instituto ficou subordinado à fundação. A fundação passou a estabelecer a política do instituto”.

*O Editor*

# DIREITO À EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DE ATÉ 6 ANOS ENFRENTA CONTRADIÇÕES

Bianca Correa

Professora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto-USP

Theresa Adrião

Professora da Faculdade de Educação da Unicamp



*O crescimento do ingresso de mulheres no mercado de trabalho teria “forçado” a busca por alternativas de cuidado fora do âmbito doméstico — e fez aumentar a procura por instituições coletivas capazes de educar e cuidar de crianças pequenas. Por outro lado, o aumento das pesquisas sobre a educação infantil acarretou uma revisão da idéia de que educação em creches seria um “mal necessário”. Pode-se afirmar que programas de educação infantil de boa qualidade contribuem para a aprendizagem e o desenvolvimento de todas as crianças nessa faixa etária*

**C**reche, jardim, parque, pré-escola, escola municipal de educação infantil (Emei): que espaços são estes que acolhem as crianças antes da escolarização obrigatória? Educar crianças até os seis anos de idade é responsabilidade de quem? Qual o papel da família e do Estado? Quais os benefícios da frequência em instituições como creches e pré-escolas? Quem são as crian-

ças que têm se beneficiado de uma educação de qualidade fora do ambiente doméstico? Estas são questões que procuramos discutir neste artigo, tendo como pressuposto que as crianças brasileiras, tal como definido em lei e evidenciado em pesquisas na área, têm direito e em muito podem se beneficiar de uma educação infantil de qualidade.

A expressão “Educação Infantil” no Brasil de hoje diz respeito ao atendimento, em instituições

coletivas, da criança de zero a seis anos de idade. Conforme nossa atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), essas instituições são distintamente denominadas em função da idade das crianças que as frequentam: de zero a três anos, creches; de quatro a seis (ou cinco, com a nova redação), pré-escolas e escolas. Mas nem sempre foi assim. No Brasil, como em muitos países, o atendimento à infância teve seu

início marcado pela idéia de “assistência” ou “amparo” aos pobres e “necessitados”, razão pela qual as creches, por exemplo, estiveram por tanto tempo vinculadas a associações filantrópicas ou a órgãos de assistência e bem estar social, e não aos órgãos educacionais nas diferentes esferas administrativas do país. Já os jardins da infância e as pré-escolas se voltaram mais especificamente para a faixa dos quatro a seis anos e vincularam-se desde o início aos órgãos ou sistemas educacionais — embora também tenham sido oferecidas por igrejas e associações filantrópicas. Atualmente, tanto as creches quanto as pré-escolas vinculam-se aos sistemas de educação e, no caso das públicas, quase 100% delas são mantidas pelos governos municipais, de maneiras variadas que em geral não garantem o mesmo padrão de qualidade para crianças de uma mesma localidade. Trataremos disso mais adiante, mas, desde já, vale ressaltar que a precariedade foi o que sempre marcou a educação infantil, especialmente no caso das creches.

Até a década de 1970 a oferta de Educação Infantil se deu de maneira bastante tímida, e a partir desse período ela começa a expandir-se de modo mais acentuado. Apesar de uma ampliação que se dá sem a garantia de qualidade, podemos dizer que ao longo das últimas décadas do século XX a Educação Infantil que se realiza fora do ambiente doméstico tornou-se objeto de amplas discussões e passou a ser muito mais valorizada, seja como área de pesquisa seja como reivin-

dicação de uma parcela cada vez maior da sociedade.

O processo de valorização da Educação Infantil como uma etapa fundamental no processo de formação das crianças pequenas deriva de uma série de fatores. Do ponto de vista socioeconômico, e também cultural, sobretudo na década de 1980, podemos destacar um crescimento cada vez mais significativo do ingresso de mulheres no mercado de trabalho, o que teria “forçado”, em certo sentido, a busca por alternativas de cuidado fora do âmbito doméstico. Isto porque, se antes havia alternativas de cuidado para as crianças pequenas no seio da própria família, fosse pela própria mãe, que se responsabilizava quase exclusivamente por essa tarefa, fosse pela ajuda de um parente próximo, tais alternativas têm-se mostrado cada vez mais como exceções, especialmente nos centros urbanos. Como decorrência, a procura por uma instituição coletiva para educar e cuidar de crianças pequenas vem aumentando ao longo do tempo.

Do ponto de vista teórico, o que se observou nos últimos anos foi um aumento expressivo das pesquisas sobre a educação infantil, o que acarretou, entre outras coisas, uma revisão daquela idéia de que educação em instituições coletivas, sobretudo em creches, seria um “mal necessário”. Hoje é possível afirmar, sem nenhuma dúvida, que programas de educação infantil de boa qualidade podem, de fato, contribuir para a aprendizagem e o desenvolvimento de todas as crianças nessa faixa etária, especialmente

daquelas pertencentes às camadas mais empobrecidas da população. Exatamente por esta razão é que não podemos aceitar programas de baixo custo que, conseqüentemente, apresentam baixa qualidade e se destinam justamente às crianças em condições socioeconômicas mais precárias.

*“Embora a matrícula não seja obrigatória, cabendo à família decidir se deseja colocar suas crianças antes dos 6 anos na escola, para o Estado o oferecimento não é opção, mas um dever. Qualquer família que não encontre uma vaga pode recorrer à Justiça”*

Desse modo, podemos afirmar que tanto transformações socioeconômicas e culturais, quanto o desenvolvimento das pesquisas na área, influenciando-se mutuamente, têm sido determinantes para mudanças na percepção do que representa, hoje, educar crianças pequenas. Estas transformações também podem ser identificadas no que se delineou em nossa legislação educacional a partir da década de 1980, tendo início com a promulgação de nossa Constituição Federal de 1988 (CF/88) e em continuidade, com a aprovação

da lei que estabeleceu o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 (ECA), bem como da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996 (LDB), já mencionada. Vejamos brevemente um pouco desta legislação no que se refere à Educação Infantil.

O aspecto mais relevante presente na CF/88, para a Educação Infantil, está em seu Artigo 208, inciso IV, quando afirma que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (...) atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.” Embora a matrícula não seja obrigatória, cabendo às famílias decidir se desejam colocar suas crianças antes dos seis anos na escola, para o Estado o seu oferecimento não é uma opção, mas um dever. Isto significa que no plano jurídico uma nova lógica se impõe, dado que qualquer família que deseje colocar sua criança numa creche ou pré-escola e não encontre uma vaga pode recorrer à Justiça para que o Estado cumpra seu dever. É exatamente isto o que vem ocorrendo com relativa frequência, sendo a resposta dos governos municipais as mais diversas e, no mais das vezes, com “alternativas” de baixo custo. O Inciso VII do Artigo 206 da CF/88 afirma como princípio na oferta de toda a educação básica a “garantia de padrão de qualidade”. Esse princípio nos parece uma conquista, mesmo que por ora ainda não tenhamos ido muito além da letra da lei. O fato é que com sua inscrição na lei maior do país reconhece-se a

necessidade de se combinar, na educação infantil, quantidade e qualidade: acesso a todos que a queiram com condições adequadas de funcionamento.

Com relação ao ECA, destacamos o Artigo 4º :

*“É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.*

*Parágrafo único – A garantia de prioridade compreende: (...)*

*- preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;*

*- destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.”*

Vale lembrar como essa prioridade na “formulação e execução” de políticas públicas que visem à garantia de direitos básicos de nossas crianças e jovens, em especial seu direito à educação, incluindo-se a infantil, vem sendo ainda negligenciada.

Com relação à LDB, destacamos o seu Artigo 29, no qual se afirma que “a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de

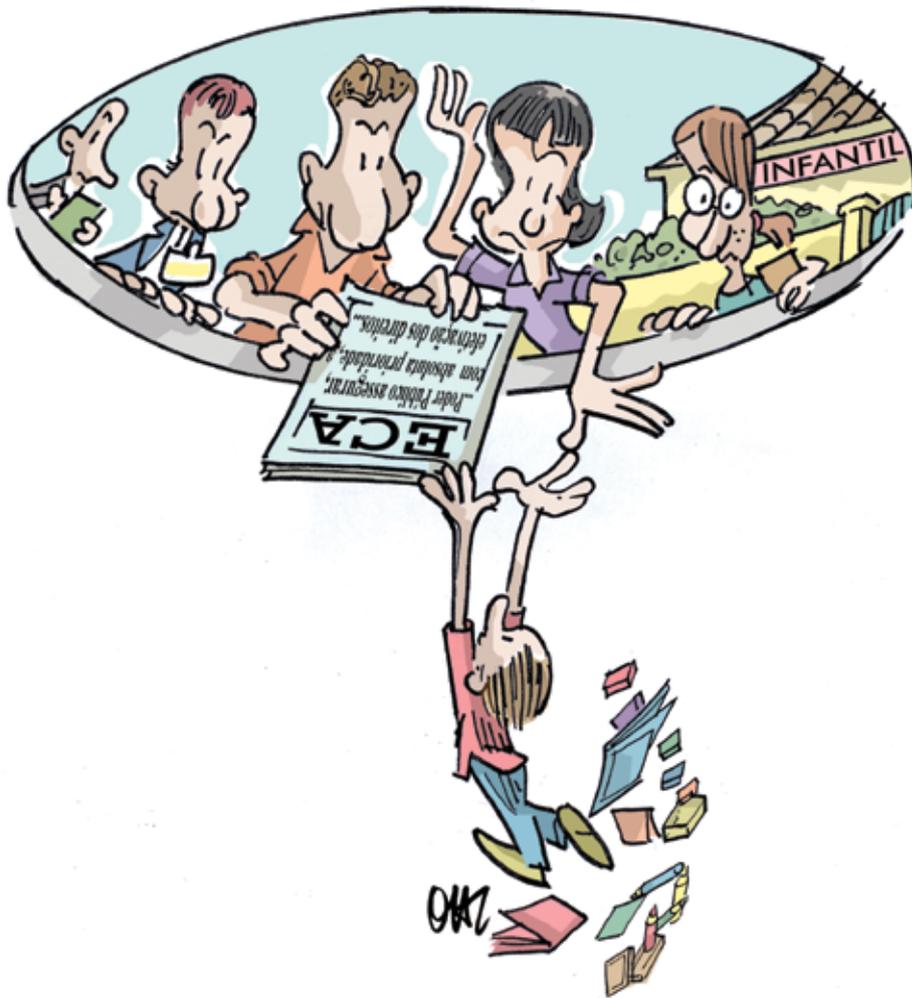
idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. A mesma Lei também tratou da formação de profissionais para atuarem na educação infantil, tornando-se obrigatória a formação mínima — de nível médio, na modalidade normal — para todos aqueles que irão trabalhar com crianças de zero a seis anos de idade. Esse aspecto representa um dos grandes avanços para uma educação infantil de qualidade, pois, sobretudo em creches, os profissionais sempre foram, em sua grande maioria, leigos. Hoje, transcorridos mais de 10 anos da aprovação da LDB, ainda temos um contingente significativo de “educadores” sem a devida formação.

Concluindo esta introdução, podemos afirmar que embora hoje já seja consensual a idéia de que a criança é cidadã desde seu nascimento, e não um mero “vir a ser”, e a sua educação um dever não apenas da família, mas também da sociedade e do Estado, a garantia de uma educação infantil de qualidade ainda não é uma realidade para a maioria das crianças brasileiras. Nesse sentido, é preciso reforçar que a ampliação da oferta de serviços de educação infantil de qualidade é, ainda, uma meta a ser perseguida.

Para tratar mais especificamente desta meta, cujo alcance nos parece ainda distante, focaremos neste artigo as formas de atendimento público às crianças de zero a três anos que são, em sua grande maioria, filhas das famílias de mais baixa renda.

## O direito à educação infantil e as “alternativas” de baixo custo para sua oferta pelo poder público

Como dissemos, a nossa legislação determina como dever do Estado a oferta de educação infantil a crianças de zero a seis anos de idade, não sendo a matrícula obrigatória para a família. O fato de ser uma opção da família, entretanto, vem sendo usado como justificativa para uma ampliação reduzida na oferta de vagas. Todavia, se pensarmos nas mudanças socioeconômicas e culturais, bem como nas descobertas quanto à importância da frequência em boas creches e pré-escolas como destacamos no início, é de se perguntar que família, caso soubesse desse direito, não gostaria de ter seu filho aí matriculado, mesmo entre os mais pequeninos. Como saber? Esta é uma das questões centrais: o poder público não vem se esforçando suficientemente para conhecer, de fato, a real demanda por Educação Infantil nos diferentes sistemas de educação do país. Isto porque, entre outras razões, ele não vem conseguindo atender sequer a demanda real, ou seja, as crianças cujas famílias expressam o desejo de matrícula procurando pelas instituições educacionais, registrando seu interesse e compondo as famosas listas de espera, nas quais permanecem por tanto tempo que, em alguns casos, ao serem finalmente chamadas para efetivar a matrícula, encontram-se em idade superior à prevista para esta etapa da educação.



Dada a falta de vagas, sobretudo para crianças entre zero e três anos, segmento do qual tratamos neste tópico, não é incomum que a própria população busque saídas para a educação das crianças, organizando o que se convencionou chamar de soluções “alternativas”. Uma delas é a da mãe-crecheira ou da creche domiciliar. Na própria comunidade, algumas famílias contratam informalmente uma mulher para que cuide de um grupo de crianças cujas mães precisam sair para trabalhar. Proporcionalmente às rendas familiares, o custo privado deste tipo de serviço costuma ser alto. O serviço, por sua vez,

costuma ser bastante precário, já que a “cuidadora” não tem nenhuma formação para educar crianças e as condições de sua residência nem sempre são adequadas sequer para seus próprios filhos, menos ainda para um grupo mais numeroso de crianças. Recentemente, em diversos municípios paulistas, inclusive na Capital, entidades questionam o financiamento público desse formato de atendimento por significar o uso de recursos vinculados para a educação em programas de natureza assistencial. Além disso, essa “alternativa” não respeita, minimamente, o que nossa legislação determina quan-

to às condições necessárias para uma educação infantil de qualidade, dentre as quais infraestrutura adequada e formação específica dos professores.

Outra “alternativa”, utilizada desde pelo menos a década de 1970, é o estabelecimento de convênios por parte do governo municipal com instituições privadas sem fins lucrativos (comunitárias, filantrópicas ou confessionais). Ainda por meio de convênio, em alguns municípios, como em São Paulo, há as creches “indiretas”. Nesse modelo os prédios pertencem à administração municipal, mas a administração fica a cargo de organizações não governamentais (ongs) que, tal como no convênio com entidades sem fins lucrativos, também recebem um *per capita* mensal para a manutenção do atendimento.

A grande questão, quanto à opção por esse tipo de atendimento, é que a qualidade do serviço oferecido tem sido, historicamente, muito inferior àquela observada em creches mantidas e administradas diretamente pelo poder público. Aspectos como infraestrutura, formação de pessoal, condições de trabalho e garantia de direitos trabalhistas têm sido indicadores dessa baixa qualidade (Cruz, 2001; Costa, 2005; Susin, 2008; Borghi, Adrião e Arelaro, 2009).

Em investigação recente<sup>1</sup> observamos que oitenta e dois municípios paulistas declararam estabelecer parcerias com o setor privado por meio de distintos formatos de convênios para o atendimento às crianças de zero a três

anos. Outro aspecto identificado pela pesquisa acima mencionada refere-se ao crescimento da subvenção pública, via repasse *per capita*, a instituições privadas *strictu sensu*, ou seja, instituições com fins lucrativos, como forma de suprir a falta de vagas. Neste caso, além dos municípios de Piracicaba e Hortolândia (Domiciano, 2009), podemos citar o de Limeira.

Um exemplo significativo de como vem se dando a oferta de creche pelo poder público é a cidade de São Paulo, cuja tradição e pioneirismo<sup>2</sup> no estabelecimento de “parcerias” são reconhecidos. Conforme dados de Campos (1981), em 1981 havia 119 creches no município de São Paulo, sendo quatro creches “diretas”, 20 “indiretas” e 95 “conveniadas”. Segundo dados da Secretaria Municipal de Educação (SME) disponíveis em seu sítio e capturados em agosto de 2009, a educação para essa faixa etária tem sido oferecida em 312 Centros de Educação Infantil (CEIs) totalmente financiados e administrados pela própria SME; 309 CEIs indiretos (prédio público e administração de ONGs com repasse de recursos públicos); e, o número mais espantoso, 662 instituições privadas sem fins lucrativos.<sup>3</sup> Mesmo se valendo desse expediente, ainda assim havia, em junho de 2009, 84.907 crianças oficialmente inseridas em lista de espera, o que provavelmente não representa o total de crianças cujas famílias teriam interesse em uma vaga na creche, uma vez que tal interesse nem sempre é formalizado, tendo em vista a sabida

dificuldade em conseguir a matrícula e as alternativas comunitárias já mencionadas.

Como mencionamos, por meio dos convênios as prefeituras municipais repassam um valor *per capita* às instituições que, em geral, também se valem de outras fontes de financiamento. Estas fontes, por sua vez, não raro oneram as próprias famílias que se utilizam do serviço, seja por meio de pagamento de mensalidade — o que é considerado ilegal por todos os sistemas que estabelecem os convênios<sup>4</sup> — seja pela participação praticamente compulsória em atividades como rifas, venda de pizzas e assemelhados (Paschoim, 2008). Essa “complementação” costuma ser justificada pela insuficiência do *per capita* repassado pelo poder público. Segundo dados apresentados pela *Folha de S. Paulo*, em dezembro de 2008 a Prefeitura de São Paulo gastou R\$ 83 milhões com 1.243 creches existentes no município, sendo que apenas 46% desse valor foi para as instituições conveniadas, embora elas gerenciassem, naquele momento, 72% das creches. Conforme dados de Boldieri (2005), em Ribeirão Preto o gasto-aluno anual em 2003 era de R\$ 3.032,45 para a creche, o qual, se distribuído em 12 meses, resulta em um valor mensal de aproximadamente R\$ 253,00; em 2005, este mesmo município repassou para as instituições conveniadas de educação infantil<sup>5</sup> o valor de R\$ 55,00 mensais. Os números, neste caso, parecem de fato falar por si, pois, com tamanha diferença no padrão de financiamento, é

grande a probabilidade de que o padrão de qualidade também seja distinto. Vale dizer ainda que, embora sejam raras, há instituições que além de estabelecer convênios com o poder público também têm parcerias com a iniciativa privada e, em alguns casos, seu padrão de qualidade pode ser considerado adequado.

***“Os governos municipais pretendem atender à pressão da sociedade por vagas, mas sem comprometer muito o orçamento. O município é o ente federado com menor capacidade financeira e a Lei de Responsabilidade Fiscal comprometeu ainda mais essa capacidade”***

Retomando a idéia do direito de toda criança de zero a seis anos à educação infantil que ficou estabelecido em nossa legislação a partir de 1988, e considerando que medidas alternativas de baixa qualidade já existentes naquele momento se expandiram, perguntamos: que direitos estão sendo garantidos quando as crianças que freqüentam instituições conveniadas, com raras exceções, convivem em ambientes cuja infraestrutura é inadequada e onde os profissionais nem sempre têm a formação específica para atuar?

Esse modelo de baixo custo tem se expandido porque, evidentemente, é a forma menos onerosa para o poder público. Ocorre que, por um lado, o recurso público, já escasso, se dirige a entidades privadas, mesmo que sem fins lucrativos e, por outro lado, ao destinar cada vez mais recursos para essas instituições, mais o poder público se distancia da possibilidade de investir e ampliar sua rede própria.

Ainda com relação aos convênios como mecanismo para baixar os custos da oferta de educação infantil, destacamos uma medida recentemente adotada em âmbito federal. O MEC lançou, em 2009, uma cartilha para orientar os municípios no estabelecimento desses convênios (BRASIL, 2009). Poder-se-ia considerar como positiva a intenção do MEC com a publicação, já que o documento indica, detalhadamente, as condições a serem exigidas das instituições privadas para que se estabeleçam os convênios; se tais indicações fossem seguidas, teríamos certamente ganhos significativos de qualidade, porque temos assistido é ao aceite de instituições que não atendem minimamente a critérios básicos, como, por exemplo, existência de área externa. Contudo, é de se questionar se tal medida não irá reforçar a opção que tem sido feita pelos municípios sem que estes sigam, necessariamente, as orientações da cartilha. Isto porque, como tentamos demonstrar, temos legislação o bastante para definir que a criança pequena tem direito não a qualquer educação,

mas a uma educação infantil de qualidade. Todavia, o que parece estar em jogo por parte dos governos municipais é atender à pressão da sociedade por mais vagas — pressão que vem sendo reforçada pela ação do Ministério Público em várias comarcas — sem comprometer por demais o orçamento municipal. Devemos lembrar que o município é o ente federado com menor capacidade financeira e que, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, sua capacidade de investimento ficou ainda mais comprometida.

Por fim, é preciso destacar que o Fundeb,<sup>6</sup> ao redistribuir os recursos aos diferentes entes federativos, considera o total de alunos matriculados em seus sistemas ou redes de educação, mas com valores diferenciados entre os níveis e etapas da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio). Assim, para fins de cálculo do valor por aluno/ano, são estabelecidos fatores de ponderação. Em 2009, o fator de ponderação das séries iniciais do ensino fundamental foi 1,0, e a partir dele se estabeleceram os demais, sendo de 1,10 para creche em tempo integral pública e 0,95 para as conveniadas; 0,80 para as creches de tempo parcial públicas e o mesmo valor para as conveniadas. Como se vê, uma criança no ensino fundamental (em tempo parcial) “vale” mais que aquela matriculada em uma creche com a mesma jornada, e se ela estiver em uma creche conveniada de tempo integral, “vale” ainda menos. O fato de que quanto menor

a criança, mais altos são os custos para sua educação é amplamente conhecido, especialmente porque os agrupamentos devem ser menores, o que exige a contratação de um maior número de professores. Mas, como vimos, na atual legislação quanto à distribuição de recursos isto certamente não foi considerado.

Não se trata de defender um outro nível de escolaridade ou de negar a importância do ensino fundamental, mas a defesa deste último como a “prioridade nacional” precisa ser questionada. Não nos parece que apenas faltem recursos, pois, como vimos recentemente, tanto o Governo Federal quanto alguns estaduais não demoraram a “socorrer” grandes bancos e em-

presas privadas por ocasião da crise financeira mundial. O que se faz necessário, portanto, é também uma opção política que implique um aumento no montante de recursos destinados à educação básica em todos os seus níveis, com maior participação de Estados e do Governo Federal em seu financiamento.

Concluimos este artigo emprestando as palavras do professor Cury, quando ele afirmava, em 1998, que as conquistas obtidas no âmbito da legislação não seriam suficientes, embora fundamentais, para a garantia de uma educação infantil de qualidade. Decorridos mais de 10 anos, podemos afirmar que seu alerta é mais atual do que gostaríamos que fosse. Di-

zia o professor que “o direito da criança, para que tenha a devida instrução, necessita de proteção com eficácia e financiamento” (Cury, 1998, p. 10). Sem recursos e sem a opção por um atendimento público-estatal para a maioria de nossos pequenos, novas gerações prosseguirão sem seus direitos educacionais plenamente garantidos. A defesa desses direitos é tarefa complexa, e não pode ser exclusiva daqueles que atuam direta ou indiretamente na área como profissionais, pesquisadores ou “militantes”, menos ainda, das famílias que desejam ou precisam de uma vaga. Essa nos parece ser uma tarefa de toda a sociedade, e a universidade, neste caso, tem um papel fundamental.

## Notas

- 1 “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: as parcerias público-privadas”, pesquisa coordenada por Theresa Adrião e financiada pela Fapesp.
- 2 “Há registro de que já em 1913 foi fundada a creche ‘Baronesa de Limeira’, destinada a filhos de empregadas domésticas e operárias. As primeiras creches do poder público datam da década de 1950, com o estabelecimento dos primeiros convênios entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e entidades beneficentes.” (Borghini, Adrião e Arellano, 2009, p.13)
- 3 Disponível em: <http://eolgerenciamento.prefeitura.sp.gov.br/firmgerencial/NumerosCoordenadoria.aspx?Cod=000000> Dados capturados em 17 de agosto de 2009
- 4 Ver, mais uma vez como exemplar, as condições para estabelecimento de convênio na rede municipal de educação de São Paulo. <http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Anonimo/EdInf/convenios.aspx?MenuID=111&MenuIDAberto=88>
- 5 Não se especifica quanto desse valor destina-se à creche e quanto à pré-escola.
- 6 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

## Referências

- ADRIÃO, T. “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: as parcerias público-privadas”. Mimeo, 2007.
- BORGHINI, R.; ADRIÃO, T.; ARELLANO, L. “A relação público-privado na oferta da educação infantil: rupturas e continuidades”. In *Anais do XXIV Simpósio Brasileiro e III Congresso Interamericano de Política e Administração da Educação*, 2009, p.13.
- BOLDIERI, Elisa Minto. “O financiamento da educação no município de Ribeirão Preto - 1997-2003”. 2005, 95p. Trabalho de Conclusão do Curso (Pedagogia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, USP, Ribeirão Preto, 2005.
- DOMICIANO, C. A. P. “O Programa ‘Bolsa Creche’: Um estudo comparativo dos municípios paulistas de Hortolândia e Piracicaba”. Qualificação de Mestrado - Unesp - RC, 2009.
- BRASIL. *ECA*: Estatuto da criança e do adolescente. Lei federal nº 8.069 de 13/07/90.
- BRASIL. *LDB*: Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394 de 20/12/96.
- BRASIL. “Orientações sobre convênios entre secretarias municipais de educação e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para a oferta de educação infantil”. Brasília: MEC, SEB, 2009.
- CAMPOS, M. M. M. “A creche e a pré-escola”. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 35, p. 35-42, nov. 1981.
- CURY, C. R. J. “A educação infantil como direito”. In: *Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil*. Brasília, v. II, p.9-15, mai. 1998.
- DOMICIANO, C. A.; ADRIÃO, T. “Uma análise do programa Bolsa creche no município de Piracicaba”. *Educação. Teoria e Prática* (Rio Claro), v. 13, p. 97-110, 2005.
- SUSIN, M.O. “O estatal e o público não estatal: onde está a educação infantil comunitária em Porto Alegre?” In: PERONI, V. M. V.; ADRIÃO, T. (orgs.). *Público e Privado na Educação*: novos elementos para o debate. 1. ed. São Paulo: Xamã, 2008. p. 67-78.
- COSTA, M. “Criar o público não-estatal ou tornar público o estatal?” In: Theresa Adrião; Vera Peroni. (Org.). *O público e o privado na educação*. Interfaces entre Estado e Sociedade. São Paulo: Xamã, 2005, p. 13-30.
- PASCHOIM, A. S. “Práticas pedagógicas na educação infantil: o cuidar e o educar em questão”. Monografia. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, USP, Ribeirão Preto, 2007.

## Sites consultados:

- <http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/AnonimoSistema/BuscaEscola.aspx?source=/AnonimoSistema/BuscaEscola.aspx>. Acesso em 04/08/09.
- <http://eolgerenciamento.prefeitura.sp.gov.br/firmgerencial/NumerosCoordenadoria.aspx?Cod=000000> Acesso em 17/08/09
- <http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Anonimo/EdInf/convenios.aspx?MenuID=111&MenuIDAberto=88> Acesso em 17/08/09

# ESTRESSE LABORAL, ASSÉDIO MORAL E BURNOUT MARCAM PRODUTIVISMO

Marina Pita  
Jornalista



*Nas universidades brasileiras, a aplicação de métodos empresariais de produção, os quais implicam controle do trabalho por meio de sucessivas avaliações do professor, sempre vinculadas a critérios quantitativos, e sobrecarga laboral relacionada a obrigações de ordem burocrática (tais como produção de diversos relatórios e projetos) e maior número de alunos, tem produzido forte impacto na saúde física e mental dos docentes. Pesquisas associam o produtivismo acadêmico ao estresse laboral e ao crescimento dos casos de Síndrome de Burnout na categoria*

**A** maioria dos docentes de universidades trabalha sob grande desgaste biopsíquico. Pesquisas mostram que parte dos profissionais convive com dores resultantes do excesso de trabalho e esgotamento emocional, condição que os coloca na lista daqueles com grande risco de adquirir a Síndrome de Burnout. Trata-se da cronificação de um estado de estresse ocupacional intenso — que combina exaustão emocional, despersonalização (caracterizada pela indiferença em relação ao outro) e sentimento de baixa realização profissional. Um estado de grande sofrimento e que tem implicações negativas para o espaço de trabalho.

Relacionada aos profissionais que mantêm contato constante com outras pessoas (e com elas se envolvem emocionalmente), a Síndrome de Burnout caracteriza-se por comportamento negligente, irritabilidade, agressividade, perda de iniciativa, desconfiança, paranóia; sentimento de alienação, solidão e insuficiência; perda do interesse no trabalho; absenteísmo e outros sintomas. Os professores, no entanto, talvez por medo de serem vistos como incapazes (já que o problema é sempre individualizado), em geral tentam ocultar os problemas. O desconhecimento da síndrome, ou sua negação, faz com que os profissionais sejam tratados como depressivos e não se chegue à raiz do problema: o estresse laboral.

Certas exigências das instituições de ensino e de agências como a Ca-

pes mostram-se, não raramente, dignas de fábricas toyotistas — nas quais estipulam-se metas elevadas, a serem alcançadas não importa como; “flexibilidade”, mobilidade e agilidade modelam o trabalho; o trabalhador, ou “colaborador”, é responsabilizado pelo sucesso ou fracasso da empresa de acordo com os resultados numéricos. Nas universidades, como nas plantas industriais toyotistas, muitos dos que resistem a se adaptar sofrem retaliações e assédio moral.

*A legislação  
ainda não reconhece  
como doença ocupacional  
os distúrbios da voz. Problemas  
nas cordas vocais, no entanto,  
têm sido largamente  
encontrados entre  
os docentes*

A cultura produtivista não se limitou a intensificar o trabalho do docente universitário — exigindo a publicação de maior número de *papers* e acirrando a competição entre colegas, grupos e instituições; ampliando o número de alunos por sala etc. — mas também o ampliou, ao lhe atribuir novas tarefas como a de buscar financiamento para seus projetos e até transmitir notas e resultados por redes de computadores (depois do “desmanche” das secretarias).

O fato de o professor exercer predominantemente um trabalho intelectual e, portanto, supostamente privilegiado na divisão do trabalho talvez explique certa lacuna no que diz respeito a pesquisas sobre sua saúde, lacuna só agora em vias de ser preenchida. Até hoje, por exemplo, a legislação trabalhista ainda não reconhece como doença ocupacional os distúrbios da voz. Problemas nas cordas vocais, no entanto, têm sido largamente encontrados entre docentes.

Numa investigação das condições de saúde e trabalho de professores universitários da rede particular de ensino da Bahia, realizada pelas fonoaudiólogas Emilse Aparecida Merlin Servilha e Pamela Manchado Pereira, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Puccamp), mais de 47% dos entrevistados afirmaram ter perdido a voz uma ou duas vezes no semestre. Obviamente, um problema que tende a se acentuar quando se exige maior produtividade dos profissionais, aumentando o número de aulas ou a proporção aluno/professor, como se pretende nas universidades públicas brasileiras.

São muitas as doenças laborais identificadas entre docentes. O tempo sentado sem condições adequadas de mobiliário, o tempo em pé e o uso excessivo do quadro negro geram problemas na coluna e dores musculares. O giz provoca alergias. O ruído excessivo, resultado da falta de estrutura acústica, e a falta de iluminação adequada em muitas universidades também são responsáveis por parte dos proble-

mas de saúde, segundo avaliação de Jadir Lemos, fisioterapeuta com especialização em psicologia do trabalho e doutor em engenharia da produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Em sua pesquisa de doutorado, Lemos entrevistou mais de 300 docentes da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e constatou que 70% deles tinham registrado episódios de dores nos últimos seis meses.

A Lesão por Esforço Repetitivo (LER) também existe nesta profissão. Na amostra de quase 200 professores da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) pesquisada por Maria de Fátima Evangelista Lima e Dário de Oliveira Lima-Filho, autores do artigo “Condições de Trabalho e Saúde do Professor Universitário”, 23,1% dos entrevistados tinham LER. Tendinite e dor nas costas foram os problemas mencionados com maior frequência, manifestados por 17,9% e 10,3%, respectivamente.

Os problemas osteomoleculares (aqueles que afetam articulações, músculos e ossos), porém, também estão relacionados ao adoecimento mental. A rouquidão, por exemplo, está associada à rotina estressante em sala de aula, conforme comprova uma recente pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da USP com professores da rede municipal de ensino de São Paulo. A fonoaudióloga Susana Giannin levantou o nível de estresse (entendido como excesso de trabalho e falta de autonomia) de 167 entrevistados com problemas na voz. O resultado foi médio e alto em 70% dos casos. Já entre os entrevistados considerados

saudáveis a identificação de estresse é menor: 54,4%.

Antes de entender o tipo de adoecimento mental a que estão cada vez mais sujeitos os professores, incluindo os do ensino superior, vale lembrar a pressão exercida sobre a categoria pela sociedade. Sobre seus ombros é depositada a responsabilidade pelo futuro das novas gerações e do país. Os profissionais da educação e pesquisadores, em geral, identificam-se com o que fazem e possuem alto grau de compromisso. Mas o que teoricamente seria ótimo muda de figura quando o profissional se vê incapacitado, por questões



**Professor Marcelo Afonso**

***Cresce a defasagem entre o trabalho a ser feito e a realidade, o que exige maior investimento afetivo e cognitivo do professor, e portanto maior esforço e sofrimento psíquico, segundo Aparecida Neri de Souza***

estruturais, de realizar adequadamente sua tarefa. A frustração pode ser ainda maior do que em pessoas não identificadas com a finalidade de suas atividades profissionais.

A exigência excessiva aliada à falta de recursos, a burocratização do trabalho, a cultura de avaliação, a falta de tempo para si e para aperfeiçoamento, a realidade social marcada pela desigualdade, violência e

falta de perspectiva de futuro dos jovens geram uma grande contradição no universo da educação. Cresce a defasagem entre o trabalho a ser realizado e a realidade. Portanto, há necessidade de maior investimento afetivo e cognitivo do professor, demandando maior esforço e sofrimento psíquico, segundo opinião de Aparecida Neri de Souza, responsável, ao lado de Márcia de Paula Leite, por levantamento recém-concluído sobre as condições de trabalho e suas repercussões para a saúde dos professores. Solicitado pela Fundacentro, órgão do Ministério do Trabalho e Emprego responsável por pesquisas sobre doenças ocupacionais, o trabalho compila a produção acadêmica relativa ao tema dos últimos dez anos.

Em comum, os trabalhos que compõem o levantamento da Fundacentro se referem ao mal-estar docente, entendido como um fenômeno social. “A falta de sentido no trabalho

do professor universitário é uma das principais causas deste mal-estar”, garante Marcelo Afonso Ribeiro, docente do Instituto de Psicologia (IP-USP). No ensino superior, um dos motivos para esse sentimento seria a quantidade crescente de tarefas burocráticas e administrativas, segundo Ribeiro. “É ele”, o professor, “quem deve assegurar o financiamento de seu projeto de pesquisa, precisa buscar as datas de inscrição, relacionar material, preencher formulários etc.”.

A observação de Ribeiro é materializada no levantamento realizado por Vânia Claudia Spoti Caran, em sua pesquisa de mestrado na Escola de Enfermagem da USP de Ribeirão Preto, “Riscos Psicossociais e Assédio Moral no Contexto Acadêmico”: num universo de 54 docentes, a elaboração de trabalhos administrativos traz a menor realização profissional para 68,51% dos entrevistados. Talvez a maior parte das pessoas respondesse o mesmo, mas a quantidade de tempo que os docentes têm dispendido nesta área completa o quadro assustador. O já citado levantamento de Maria de Fátima Evangelista Lima e Dário Lima-Filho revela que as tarefas administrativas tomam 10 horas semanais ou mais, para 74,9% dos professores entrevistados, muito mais do que a pesquisa (47,1%) ou a extensão (57,8%).

Outro motivo para o descontentamento com o próprio trabalho é a falta de tempo para aprofundar as investigações. Márcia Hespanhol Bernardo, docente da Puccamp que realiza uma pesquisa qualitativa so-

bre este tema para um levantamento internacional da Universidade de Barcelona, garante que existe consenso quanto à sobrecarga de trabalho e à dificuldade de produzir algo relevante, dado o modelo predominante nas universidades e agências de fomento da pesquisa. “Na pós-graduação se sente muito mais essa pressão devido às normas da Capes. Os docentes se queixam da dificuldade de produzir um trabalho de qualidade, pois o que importa no momento é número de artigos publicados em revistas bem avaliadas”, relata. O esvaziamento de sentido na publicação de artigos — que pas-

***“A falta de sentido no trabalho do professor universitário é uma das principais causas deste mal-estar”, define Marcelo Afonso Ribeiro, docente do Instituto de Psicologia da USP. Um dos motivos seria o crescimento de tarefas administrativas***

sou a ser uma finalidade em si mesma, para fazer número — é também um fator de estresse e abre caminho para o adoecimento, avalia Ribeiro, do IP-USP.

A insatisfação soma-se à grande pressão recebida e ao excesso de trabalho, para levar ao esgotamento emocional. Nada menos do que 75% dos professores entrevistados na UFSM para a pesquisa de Lemos afir-

mam terem dificuldade de “realizar todas as coisas que têm para fazer”. O livro *Trabalho Intensificado nas Federais – pós-graduação e produtivismo acadêmico*, de Valdemar Sguissardi e João dos Reis, mostra que professores perdem finais de semana e os períodos de férias para realizar estas atividades, concluir leituras e freqüentar congressos, e que isso gera problemas familiares e de sociabilidade. Muitos relatam separações e perda de vínculos afetivos importantes.

Eis por que a maioria dos dados na área da saúde do docente aponta níveis de estresse em proporções assustadoras. O levantamento realizado no Mato Grosso do Sul aponta que mais da metade dos entrevistados sente cansaço mental (55,1%) e estresse (52,4%). Os níveis de ansiedade e esquecimento (42,9%), nervosismo (31,1%), angústia (29,3%), insônia (29,1%) e depressão (16,8%) deveriam soar como grande alerta. A pesquisa de Vânia Caran em Ribeirão Preto confirma esse quadro. Quando questionados se a pressão no trabalho e os riscos psicossociais afetam a saúde, 87% dos profissionais entrevistados responderam afirmativamente. O estresse foi a implicação mais citada (38,88%).

Bastante recorrente entre professores do ensino médio e fundamental, segundo o levantamento da Fundacentro, a Síndrome de Burnout ainda não é encontrada no ensino superior com a mesma freqüência. No entanto, pesquisa realizada por Eliane Perez Gonçalves de Moura, em 1997, para seu mestrado na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, detectou a



Síndrome de Burnout em 17,8% da mostra de professores universitários da rede particular de ensino.

A pressão para o desenvolvimento de pesquisas e para a publicação científica em revistas de prestígio é apontada como forte fator de estresse e burnout entre professores universitários brasileiros. Além disso, o grau de autonomia também interfere no nível de exaustão emocional, afirma Mary Sandra Carlotto, psicóloga e mestre em saúde coletiva, em seu artigo “Síndrome de Burnout e características de cargo

***O assédio moral, ou “tortura psicológica”, é incluído pela médica Margarida Barreto nas implicações do produtivismo acadêmico: “O modelo baseado nas regras de mercado gera grande disputa. Passamos a encontrar altos níveis de fadiga mental e física em professores, inclusive ideias suicidas”***

em professores universitários”.

O nível de realização profissional parece ser a barreira que impede a repetição do padrão em todos os níveis da educação, segundo avaliação de Rosângela Cassiolato, que desenvolveu uma pesquisa qualitativa sobre o burnout entre professores universitários da psicologia em sua dissertação de mestrado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). “Os docentes mostraram esgotamento mental, algum grau de despersonalização, mas ainda obtinham satisfação no trabalho, mesmo que



média. Esses resultados se repetem em pesquisas semelhantes”, explica. O reconhecimento social que ainda tem um professor universitário, especialmente na rede pública, também deve ser levado em conta. Essas “proteções”, porém, podem ser derubadas na medida em que o produtivismo acadêmico amplia seu campo de ação, basta ver o teor da contestada reforma da carreira docente na USP (que permanece *sub judice*).

No entender da médica Margarida Barreto, a cultura da competitividade e do medo — medo gerado pela pressão para que as tarefas sejam executadas em curto espaço de tempo — é importante vilã no pro-

Daniel Garcia



**Professora Margarida Barreto**

cesso de adoecimento dos docentes. Professora da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo e do programa de pós-graduação em Psicologia Social da PUC-SP, pesquisadora associada ao Núcleo de Estudos Psicossociais da Dialética Exclusão/Inclusão Social (Nexin/PUC-SP), Margarida especializou-se em temas como saúde do trabalhador, assédio moral no trabalho, trabalho e suicídio. “O modelo baseado nas regras de mercado gera grande disputa e indiferença entre os pares. A competitividade se dá entre professores, que começam a se questionar por quanto tempo mais aguentarão; questionam sua capacidade profissional”, explica. “Passamos a encontrar altos níveis de fadiga mental e física em professores, inclusive ideações suicidas e depressões severas. Há uma série de adoecimentos que têm início como hipertensão, alteração gastrointestinal, insônia”.

Entre as implicações nas relações de trabalho causadas pelo pro-

duativismo na academia, Margarida salienta o assédio moral, que classifica como “tortura psicológica”. Autora de *Assédio Moral no Trabalho*, livro que escreveu com os pesquisadores J. R. Heloani e M. Freitas, ela lembra com tristeza a primeira vez que recebeu uma denúncia importante de assédio moral na Universidade Católica de Brasília, em 2005, quando docentes ligados ao movimento sindical interno foram desligados — e garante que a situação tem se agravado por todo o país, de forma generalizada, em especial nos casos de resistência coletiva, mas também se dá de forma individualizada tanto por superiores, quanto por colegas.

Deve-se assinalar o fato de 40,7% dos docentes pesquisados na Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto afirmarem já ter sofrido assédio moral, sendo que 19% acham que talvez tenham passado por este tipo de violência e gritantes 70,4% manifestam que este é um problema comum na academia.

A realidade chocante é entendida por Margarida como parte de um processo maior, de forma que os casos de assédio moral devem ser entendidos como implicações da opção mercadológica na educação brasileira e, portanto, de natureza estrutural. “Mesmo quando se identifica o indivíduo em casos de assédio moral, não o vejo como único responsável. Uma lógica anterior é a verdadeira causa: a lógica de resultados, da quantidade em detrimento da qualidade”, diz. Muitas vezes, esclarece ela, o par não percebe que é cúmplice ou que assedia moralmente, porque a lógica foi internalizada e ele crê fazer o me-

lhor para a universidade. “Há uma direção da própria lógica do modelo toyotista de organização do trabalho para isso. O indivíduo acha que está dando o melhor de si, está mostrando serviço. Não é consciente, é algo terrivelmente internalizado”.

Tolerar os casos de assédio moral é, na opinião da pesquisadora, muito grave, pois sinaliza para a comunidade acadêmica que esta é uma prática aceitável. Neste sentido, estimula os demais professores a serem co-niventes. “Mais uma vez impera a cultura do medo, de também sofrer retaliação, sanções, perder aluno e ter esvaziamento de sua disciplina”, comenta Margarida.

O silêncio dos gestores diante dos casos é uma das formas de perpetuação dessa lógica perversa. Seu reverso é a perseguição institucional, encetada por setores da burocracia. Lucília Borsari, professora do Instituto de Matemática e Estatística da USP e membro da diretoria ampliada da Adusp, acompanhou vários casos de perseguição dentro da USP. “A Comissão Especial de Regime de Trabalho (CERT) foi o pivô de muitos embates”, lembrou. Munida apenas de dados quantitativos e dos parâmetros numerológicos da Capes, a CERT decidiu que certos professores não haviam publicado o suficiente, e com base nos seus pareceres foram adotadas medidas punitivas. “Houve muitos desrespeitos trabalhistas, anti-regimentais”, resume Lucília, aludindo a episódios em que ocorreu mudança do regime de trabalho de determinados docentes (e conseqüente rebaixamento salarial), extensão *sine die* do período probatório etc.

É exemplar o caso da professora Wladia Viviani, do Instituto de Química (ver *Informativo Adusp* 182), cujo contrato “precário” deixou de ser renovado. O conselho departamental alegou que a obtenção de auxílios para pesquisa e a produção científica ficaram aquém da média. Wladia contestou afirmando que na época não precisava de nada para trabalhar além de seu microcomputador, e que a quantidade de artigos foi avaliada enquanto ela ainda iniciava uma segunda pesquisa, período em que não

**“Mesmo quando se identifica o indivíduo em casos de assédio moral, não o vejo como único responsável. Uma lógica anterior é a verdadeira causa: a da quantidade em detrimento da qualidade”**

havia resultados novos a divulgar. Já o professor José de Oliveira Siqueira, após desligar-se da Fundação Instituto de Administração (FIA) por discordar de práticas da instituição, passou a sofrer retaliações no Departamento de Administração da Faculdade de Economia e Administração (FEA). Paulatinamente, perdeu seus cargos em comissões, as disciplinas que lecionava na pós-graduação e também seus orientandos (*Revista Adusp* 46).

O produtivismo também se reproduz quando o docente pressiona um

orientando a concluir rapidamente sua pesquisa, frisa Lucília: “Há grande pressão pelo aumento do número de orientandos e é cada vez mais comum ver as pessoas falando que precisam formar mais doutores, para cumprir os critérios, ser melhor avaliadas. Saiu das nossas mãos e do raio de ação da universidade decidir *o que* quer formar e *como* quer formar”.

Como resistir ao avanço devastador do produtivismo acadêmico e do séquito de moléstias que traz consigo? O aumento de pesquisas e publicações tratando da saúde, tanto física como mental, é um exemplo da consciência de pesquisadores e da luta que estão travando por meio do seu próprio fazer, opina Márcia Espanhol: “O meu trabalho hoje não deixa de ser também uma denúncia”. O conhecimento dos recentes estudos sobre os impactos negativos na saúde do docente e a maior divulgação da Síndrome de Burnout podem minimizar o sentimento de culpa e atenuar a enganosa percepção dos docentes de que o estresse decorre das fragilidades e inabilidades pessoais de lidar com o trabalho e de que a resolução dos eventos estressantes é uma responsabilidade de caráter individual.

A conscientização dos docentes de que individualmente não há saída (a não ser a aposentadoria precoce ou o afastamento por problemas de saúde) é um caminho para reforçar as trincheiras de luta. A pesquisa da Fundacentro mostra um caminho ao afirmar que a gestão escolar democrática, com maior participação social, tem impacto positivo sobre as relações de trabalho nas escolas.

# SINTOMATOLOGIA DO BURNOUT

## Sintomas físicos:

- Fadiga constante e progressiva
- Distúrbios do sono
- Dores musculares ou osteomoleculares
- Cefaléias, enxaquecas
- Perturbações gastrointestinais
- Imunodeficiência
- Transtornos cardiovasculares
- Distúrbios do sistema respiratório
- Disfunções sexuais
- Alterações menstruais nas mulheres

## Sintomas comportamentais:

- Negligência ou excesso de escrúpulo
- Irritabilidade
- Incremento da agressividade
- Incapacidade de relaxar
- Dificuldade na aceitação de mudanças
- Perda de iniciativa
- Aumento do consumo de substâncias
- Comportamento de alto risco
- Suicídio

## Sintomas psíquicos:

- Falta de atenção e concentração
- Alterações de memória
- Lentidão do pensamento
- Sentimento de alienação
- Sentimento de solidão
- Impaciência
- Sentimento de insuficiência
- Labilidade emocional
- Dificuldade de autoaceitação, baixa autoestima
- Astenia – falta de energia, desânimo, disforia, depressão
- Desconfiança, paranóia

## Sintomas defensivos:

- Tendência ao isolamento
- Sentimento de onipotência
- Perda de interesse pelo trabalho (ou até pelo lazer)
- Absenteísmo
- Ironia, cinismo



# NOVOS DOCE REVELAM SUAS EXPECT

Tadeu Breda  
Jorna

Daniel Garcia



Professora Irene Yan, do Instituto de Ciências Biomédicas

# NTES DA USP ATIVAS E CONVICÇÕES

e Tatiane Klein  
listas

*Eles assumiram há poucos anos o cargo de docente na USP, em meio a um avassalador surto de produtivismo acadêmico, que teve como efeito colateral a pretendida reforma da carreira. Mas quem são, afinal, as pessoas que estão renovando o corpo docente desta universidade? Colhemos o depoimento de quatorze professoras e professores desta nova geração, que atesta sua disposição de dedicar ao trabalho as melhores energias. A maioria, porém, condena a cientometria dominante baseada em papers e defende um modelo mais equilibrado de avaliação*



Divulgação

Professor Ivan Vilela, da Escola de Comunicações e Artes

**I**van Vilela está mergulhada na cultura popular brasileira. Na gesticulação e na voz tranquila, encarna seu próprio objeto de pesquisa. Professor no ensino superior desde 1999, lecionou em duas faculdades privadas antes de se incorporar aos quadros da USP, há seis anos. Foi contratado pela Escola de Comunicações e Artes (ECA) para ministrar aulas do instrumento que deu fama a duplas sertanejas pelo país afora — e que ele mesmo toca com maestria: a viola caipira. O professor Vilela gravou 13 álbuns e seus acordes já encantaram, ao vivo, muita gente. Mas só agora, aos 47 anos, está finalizando seu doutorado.

Irene Yan quis seguir a carreira acadêmica desde que começou a estudar Biologia. Graduiu-se em 1990 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e logo em seguida engatou um mestrado. Depois, partiu para a Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, onde fez outro mestrado, concluiu um doutorado e se aprimorou com mais dois pós-doutorados. Hoje com 39 anos, Irene ainda não havia cogitado a possibilidade de trabalhar como pesquisadora no Brasil quando encontrou alguns professores da USP num congresso internacional, em 2001. Então ficou sabendo que o Instituto de Ciências Biomédicas (ICB) estava procurando novos docentes com perfis parecidos ao dela. Cansada do exílio científico, resolveu prestar o concurso e foi aprovada. Um ano depois estava dando sua primeira aula no campus do Butantã.



Gustavo Assed, da FDRP



Elaine Sampaio, da FFCLRP

Ainda que tragam na bagagem trajetórias acadêmicas tão díspares, Ivan e Irene fazem parte de um mesmo grupo dentro da USP: são profissionais admitidos pela Universidade há poucos anos, que terão suas vidas marcadas profundamente por políticas de viés produtivista — que condicionam e regulam o trabalho docente, submetendo-a à ótica (e à ética) do mercado. E cujo direito à aposentadoria integral, vale lembrar, foi subtraído pela reforma da Previdência de 2003.

Ivan, Irene e outros doze novos professores da USP falam à *Revista Adusp* sobre a vivência do ensino, os critérios de avaliação da produção científica e a reforma da carreira docente aprovada em 2009 pelo Conselho Universitário (Co), sem deixar de comentar as perspectivas de realização pessoal nesta nova fase da carreira.

“Há uma diferença na produção acadêmica entre as carreiras de humanas, exatas e biológicas”, afirma Ivan Vilela. “Não podemos equiparar as áreas do conhecimento sob um mesmo critério. Na faculdade de Artes, por exemplo, é impossível escrever muitos *papers* por ano”, adverte. O professor da ECA explica que, no caso do Departamento de Música, onde trabalha, os docentes se dedicam a um tipo bastante específico de produção acadêmica: o disco. Vilela lembra, porém, que a Capes e a Fapesp ainda não consideram as gravações na hora de medir a produtividade docente. “E a gente gasta às vezes quatro ou cinco anos para terminar um álbum, tempo equivalente ao da publicação de um livro”.

Apesar de ter um perfil bem diferente, Irene Yan concorda com o respeito às particularidades de

Fotos: Daniel Garcia



Cristina Adams, da EACH



Marisa Midori, da ECA



Renato Sztutman, da FFLCH

cada área do conhecimento na hora de avaliar a produção científica. Para a bióloga, que voltou ao Brasil acostumada à competitividade das universidades norte-americanas, é preciso estar atento para que a qualidade da pesquisa não seja prejudicada pelo imperativo da publicação.

“É difícil mensurar a divulgação do conhecimento”, acredita. “Se escolhermos o número de artigos publicados como método para avaliar a produção acadêmica, obviamente todos irão produzir muitos artigos de baixo impacto”. A professora do ICB sente que existe uma espécie de corrida para a publicação de *papers*, mas acredita que ninguém se sente sufocado dentro do seu departamento. “Quando vou a congressos percebo que, em ou-

tros países, os cientistas são extremamente pressionados”, compara. “Aqui a gente sente uma cobrança,

***“A produção acadêmica baseada em termos econômicos de produção serve à corrosão do caráter. À medida que a gente atende às demandas do produtivismo, elas se incrementam”, fustiga Elaine Sampaio, professora da FFCLRP***

mas não chega a ser algo exagerado. O medo é que comecem a aumentar a pressão de modo que fi-

que incompatível com as condições de pesquisa que temos no Brasil”.

Gustavo Assed, de 38 anos, na USP desde 2002, pensa que os parâmetros estabelecidos pela Capes para avaliar a produção acadêmica estão longe do ideal. O professor da recém-criada Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (FDRP) centra suas críticas no método que valoriza objetivamente, com notas, a relevância de determinados periódicos científicos. “Esse pensamento desconsidera o tráfico de influência entre o pesquisador e o conselho editorial das revistas, como se não houvesse aspectos subjetivos envolvendo a publicação de artigos”, contrapõe. “No fim das contas o que importa é o que está no papel, o conteúdo, e não onde o texto foi publicado”.

A ideia de que o produtivismo faz o docente buscar mais, mas nem sempre o melhor, encontra eco nas palavras de Elaine Sampaio, professora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP). “Não existem revistas classificadas como Qualis A para todos”, afirma, aludindo ao sistema de ranqueamento de publicações da Capes.

Elaine tem 41 anos e há seis dá aulas no curso de Pedagogia. Porém, exerce o magistério desde quando concluiu a graduação, 24 anos atrás. A docente se considera uma “cria” da USP e por isso diz ter bem claro para si o compromisso social do professor dentro de uma instituição pública de ensino. Daí suas críticas à ciência feita no atacado. “A produção acadêmica baseada em termos econômicos de produção serve à corrosão do caráter. À medida que a gente atende às demandas do produtivismo, elas se incrementam”.

Cristina Adams, professora da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), concorda que quantidade não é qualidade. “Somos muito cobrados para publicar em periódicos de impacto, mas não se oferecem condições compatíveis para a pesquisa”, acrescenta. “Claro que hoje há mais bolsas e financiamentos, mas, pelo menos na EACH, o que a gente sente é estresse mesmo. Há uma exigência quantitativa difícil de ser atendida nas condições que se apresentam”.



**Eduardo Tanuri, da Poli**



**Beté Franco, da EACH**

***“Ter alunos que defenderam mestrado é condição para conseguir um status maior e ganhar a bolsa de produtividade da Capes. Isso quantifica a relação de orientação”, protesta Sztutman. “A quantificação coloca em xeque as relações humanas”***

A professora do curso de Gestão Ambiental acredita que deva existir alguma maneira de avaliar os docentes, “mas que não seja apenas pela publicação”, ressalva. “O sistema deveria incluir a dedicação às aulas e outras atividades.

A avaliação poderia ser mais qualitativa. Se o tripé da Universidade é docência, pesquisa e extensão, estes três aspectos deveriam ser considerados”.

“O tripé universitário tende mais para a pesquisa, para o ensino ou para a extensão dependendo da área do conhecimento de que estamos falando”, precisa Marisa Midori, 36 anos, professora da ECA desde maio de 2009. “A Universidade não pode se apoiar apenas sobre a pesquisa, nem somente sobre o ensino”, pondera, defendendo a necessidade de equilíbrio entre os diferentes “pés”. Para a docente do curso de Editoração, é justo haver parâmetros de avaliação da carreira. No entanto, ela é mais uma a não ver com bons olhos os métodos instituídos pela Capes.

“A pressão por altos índices de produção não é boa. Tem gente que corre atrás dos números e consegue atender às exigências, mas tem gente que produz em outro ritmo”, constata Marisa. “Esse parâmetro será revisto em breve. Foi implementado devido ao crescimento do número de pós-graduandos, só que é contraproducente, nos deixa estressados”.

Na visão da professora Ana Rosa Brandão, porém, o produtivismo tem seu lado positivo. “Sou um pouco produtivista”, admite. Quando foi contratada pelo Departamento de Engenharia da Computação e Sistemas Digitais da Escola Politécnica, em dezembro de 2008, Ana Rosa tinha 40 anos e um pós-doutorado concluído. Seguiu um ritmo de pesquisa intenso, mas a situação mudou após ter sido aprovada no concurso. “Quando entrei na universidade, minha produção caiu. Como professores, temos outras atribuições. Fica complicado continuar publicando na mesma velocidade.”

Ana Rosa acredita que a Capes acertou ao criar o Qualis e pautar a avaliação dos programas de pós-graduação pela publicação de artigos em revistas de grande impacto. “Existem revistas que são boas e que nós mesmos procuramos na hora de fazer pesquisa, e outras que a gente nem olha. Se eu quero que minha pesquisa tenha boa reputação, vou submetê-la a uma revista de boa reputação”, explica. “Um bom artigo sempre consegue

ser publicado num periódico de prestígio”.

“Eu gosto muito do ensino, da pesquisa e da extensão. O problema é que o dia só tem 24 horas”. Esta é, em síntese, a maneira como Roberto Sartori encara a experiência de ser docente da USP. Formado em Medicina Veterinária pela Unesp de Botucatu, Sartori foi admitido como professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq)

***Tanuri vê com bons olhos a reforma da carreira: “Acho saudável incluir novos níveis na docência, para que as promoções não aconteçam apenas no longo prazo”. Assed, porém, enxerga nela um “reflexo do projeto privatista e neoliberal”***

há pouco mais de um ano. A vocação para a docência surgiu na prática. Durante o doutorado e o pós-doutorado que realizou na Universidade de Wisconsin, nos Estados Unidos, Sartori atuou como monitor. Depois, de volta ao Brasil, complementou sua experiência em sala de aula passando por faculdades privadas. “Gosto muito de interagir com os alunos”, conta. Apesar de ter sido

bem recebido pelos colegas da Esalq, Sartori diz que não pode deixar as críticas de lado. “O que eu vejo na USP hoje, por causa dessa exigência maior de pesquisa e administração, é que a graduação tem sido deixada de lado”.

Renato Sztutman está de acordo. O antropólogo, que lecionou na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) antes de chegar à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), em 2008, acredita que um dos principais problemas do produtivismo é a dificuldade adicional que recai sobre a preparação das aulas. “Você tem que preparar o curso do zero e isso toma muito tempo. Nossa carreira aqui dentro já começa acelerada demais”, pontua. “Os primeiros momentos de docência deveriam permitir uma dedicação maior às aulas. As práticas produtivistas atropelam a consolidação da carreira do professor”.

Aos 35 anos, Sztutman verifica que essa lógica tem efeitos até mesmo nas relações humanas dentro da Universidade. “Me vejo um pouco crítico à ideia de produzir ou participar de milhões de congressos. Vira uma coisa um pouco vertiginosa. Existe uma série de requisitos para ganhar a bolsa de produtividade da Capes, e ter alunos que defenderam mestrado acaba sendo condição para conseguir um status maior. Isso quantifica a relação de orientação. Nessa aceleração você perde em qualidade. Claro que tem

que ter índice para mostrar, mas a quantificação coloca em xeque as relações humanas.”

Na opinião do antropólogo, “com essas exigências todas, o grande perigo é a docência ficar em segundo lugar”. Além disso, a participação política do professor também fica comprometida. “Começam a lhe chamar para mil bancas e mil pareceres, e a questão da participação política é realmente algo de que você não cuida. A gente é engolido por uma máquina que nos impede de pensar sobre a nossa condição dentro da USP”.

Elizabeth Franco Cruz está na Universidade desde 2007. Tendo trabalhado como educadora de crianças e jovens de rua e militado em movimentos sociais, a professora do curso de Obstetrícia da EACH valoriza, na formação de um bom pesquisador ou professor, justamente as experiências que teve fora da Academia. “As universidades são castelos. Doutores muitas vezes ficam nos castelos. Entretanto, precisamos saber compreender e dialogar com o que existe fora dos muros”.

Ingressar nos quadros docentes da USP, para Elizabeth Franco, pressupõe bater de frente com uma série de desafios, entre os quais destaca a rígida estrutura que sustenta as relações de poder dentro dos campi. “Na sociedade capitalista o ser humano é reduzido ao seu saldo bancário. Na lógica produtivista acontece algo similar. Quem sou é quem meu Lattes diz que sou”, compara. “Não acho que o produtivismo

Daniel Garcia



Thiago Tancredi, da Poli

seja somente uma precarização do trabalho docente: é uma precarização do humano. Um atributo de valor que toma uma parte pelo todo — e uma parte que responde a um sistema altamente questionável”, analisa.

Ao fortalecer o ritmo produtivista que já pauta a produção científica nas universidades brasileiras, a nova carreira docente na USP pretende, ao que parece, homogeneizar a produção nas diferentes áreas do conhecimento. As recentes mudanças criam um sistema de progressão horizontal na carreira através do escalonamento dos professores em diferentes níveis. A ascensão a esses novos degraus, que agora são cinco ao todo, é mediada por uma avaliação baseada em memoriais. Há dois patamares em que o docente se enquadra como Professor Doutor ou MS-3 (1 e 2) e três níveis para o Professor As-

sociado ou MS-4 (1, 2 e 3). Cada novo degrau implica um pequeno incremento salarial. A reforma foi aprovada pelo Conselho Universitário em meio a forte polêmica e prossegue sob questionamento judicial da Adusp.

Contratado há pouco tempo pela Poli, Eduardo Tanuri vê com bons olhos alguns aspectos da reforma na carreira. “Acho saudável incluir novos níveis na docência, para que as promoções não aconteçam apenas no longo prazo. Progressões em menores espaços de tempo são boas e estimulantes, desde que haja um critério aberto e por mérito”, afirma. Aos 33 anos e com um pós-doutorado no currículo, Tanuri entrou no Departamento de Engenharia Mecatrônica como professor doutor, mas no início de 2010 já obteve a livre-docência.

“A reforma na carreira docente é reflexo do projeto privatista e neoliberal praticado pelo governo do Estado de São Paulo”, analisa, diferentemente, Gustavo Assed. Apesar de bastante satisfeito em fazer parte dos quadros da USP, ele destaca algumas preocupações: “As mudanças na carreira podem ser consideradas um revés à instituição, porque enfraquecem a figura do professor”.

As críticas da professora Elizabeth Franco à reforma seguem a mesma linha: “Temo que nos transformemos em produtores de artigos que deixam a educação em segundo plano”, problematiza. “Acho que precisamos discutir melhor os processos de trabalho, remuneração e aposentadoria. E

## “RITMO DE PRODUÇÃO SERVE PARA QUE O PROFESSOR NÃO SE INTROMETA NA POLÍTICA UNIVERSITÁRIA”

A professora Valéria de Marcos sai da aula conversando descontraidamente com um estudante: o assunto é uma das pautas da última plenária de alunos e professores do curso de Geografia da FFLCH. Após a greve de 2009, essa prática foi instituída pelo departamento e Valéria é hoje a vice-coordenadora do fórum de discussões. Docente da USP desde 2006, ela valoriza a face política do professor e faz questão de incorporar essas práticas à sua

rotina de trabalho em extensão, ensino, pesquisa e engajamento institucional: “Eu entendo como fundamental a participação na vida do departamento, porque é nossa atuação que define o que é o departamento no final das contas”.

Valéria critica a forma como o produtivismo retira o professor da cena política universitária. “Há um jogo de forças muito grande, e participar da



Valéria de Marcos, da FFLCH

Daniel Garcia

vida política, para além da vida acadêmica, na minha opinião é de fundamental importância. Do contrário, a gente entra nesse ritmo da produção. Você estará só contando quantos artigos produziu, quantos faltam produzir, qual revista é, qual é o seu índice de produtividade. Para que serve isso?”, questiona. “Serve para fazer com que o professor fique centrado na produção e não se intrometa na

política universitária”.

A professora, que compara o trabalho intelectual a um artesanato, revela uma estratégia inovadora do Departamento de Geografia para minar os processos de “corrupção da ciência” ocasionados pela lógica produtivista. Ali existe um acordo que proíbe aos docentes assinar artigos publicados por seus orientandos, a não ser que efetivamente se trate de um trabalho conjunto.

Para Valéria, que antes da USP lecionou na Universidade Federal da Paraíba e também no ensino básico, as greves e a atuação sindical são espaços centrais para a formação política do professor. Contudo, pensa, a academia é avessa a esse tipo de atuação: “A Universidade é uma máquina de moer carne. Você sobe naquele tablado e tem que dar prova da sua excelência”. Mas ela também afirma que é preciso desenhar uma USP que se pense de outra forma: “A Universidade é o lugar da liberdade”.

também revisitar a hierarquização que acaba ferindo, por exemplo, a liberdade do sujeito de querer ou não querer estar na pós-graduação. Será que alguém que forma profissionais na graduação não é um bom profissional para a Universidade? A pós-graduação é o único caminho?”, questiona.

Ana Rosa, da Poli, sugere o modelo praticado em algumas universidades dos Estados Unidos como alternativa para aliviar a multiplicidade do trabalho docente. “Talvez possamos criar cargos diferentes dentro da Universidade”, opina. “Existem perfis diferentes, tem gente que não nasceu para ser pesquisador. E a Universidade já não contrata esse tipo de pessoa. Nos concursos de que participei deu para ver que a quantidade de publicações que o candidato tem no Memorial é determinante para sua aprovação”.

Thiago Tancredi já havia lecionado na USP durante o seu doutorado, atuando como professor temporário entre 2004 e 2006. Contudo, só se tornou um professor efetivo da Escola Politécnica após aprovação em concurso em 2009. Embora tenha se tornado doutor muito jovem, Thiago, hoje com 30 anos de idade, critica o critério uspiano de abertura da carreira docente apenas no nível de doutorado: “Não vejo correlação entre o título de doutor e a capacidade produtiva de um docente. Em mais de 12 anos de universidade conheço diversas histórias que desmistificam essa tese. No entanto, acredito que esse critério visa assegurar o mínimo de condições para



Daniel Garcia

Luciano Maluly, da ECA

que um docente sobreviva unicamente da atividade de docência, visto que um professor MS1 ou MS2 não teria a mínima condição de sobreviver com o salário dessa categoria, ainda mais sendo asse-

diado pelo mercado”. Para ele, que foi cativado pela sala de aula, os principais problemas enfrentados pelos novos docentes são a adequação à excessiva burocracia dos procedimentos internos e a defasagem entre o salário pago pela universidade e os salários de mercado. Thiago destaca o peso das atividades institucionais: “A participação em conselhos, comissões e principalmente a ocupação do tempo do docente em cargos administrativos, tais como síndico do prédio, responsável pela biblioteca, tesoureiro, entre outros, expõe departamentos menores a uma dupla jornada que, sem sombra de dúvi-

das, reduz a capacidade produtiva do docente em todas as áreas de atuação”

Luciano Maluly ensina Radiojornalismo na ECA. Aos poucos, desde 2006, o professor se envolveu com as diversas atividades relacionadas à docência. Além das aulas, participa de comissões departamentais e se dedica a cursos de extensão. Está satisfeito com a nova fase da vida, tem o trabalho que sempre quis, mas acredita que a USP poderia ser melhor. Como?

“Não se valoriza o professor em sala de aula na USP. Para que oferecer mais para os alunos se não lhe valorizam por isso? Então você vai procurar outras formas de valorização: pesquisa, cursos pagos etc. Não há estímulos para oferecer mais disciplinas para a graduação ou pós”, lamenta. Maluly explica, porém, que essa valorização deve partir dos próprios professores. “Não é o salário que vai lhe fazer mais feliz. A desvalorização se dá quando o professor não coloca a USP em primeiro lugar, porque a Universidade deixa de ser uma prioridade na sua vida”, analisa. “Quando você não luta pela USP, o salário cai e você perde os estímulos. A USP é o melhor lugar para se trabalhar desde que tenhamos noção de que somos servidores públicos”.

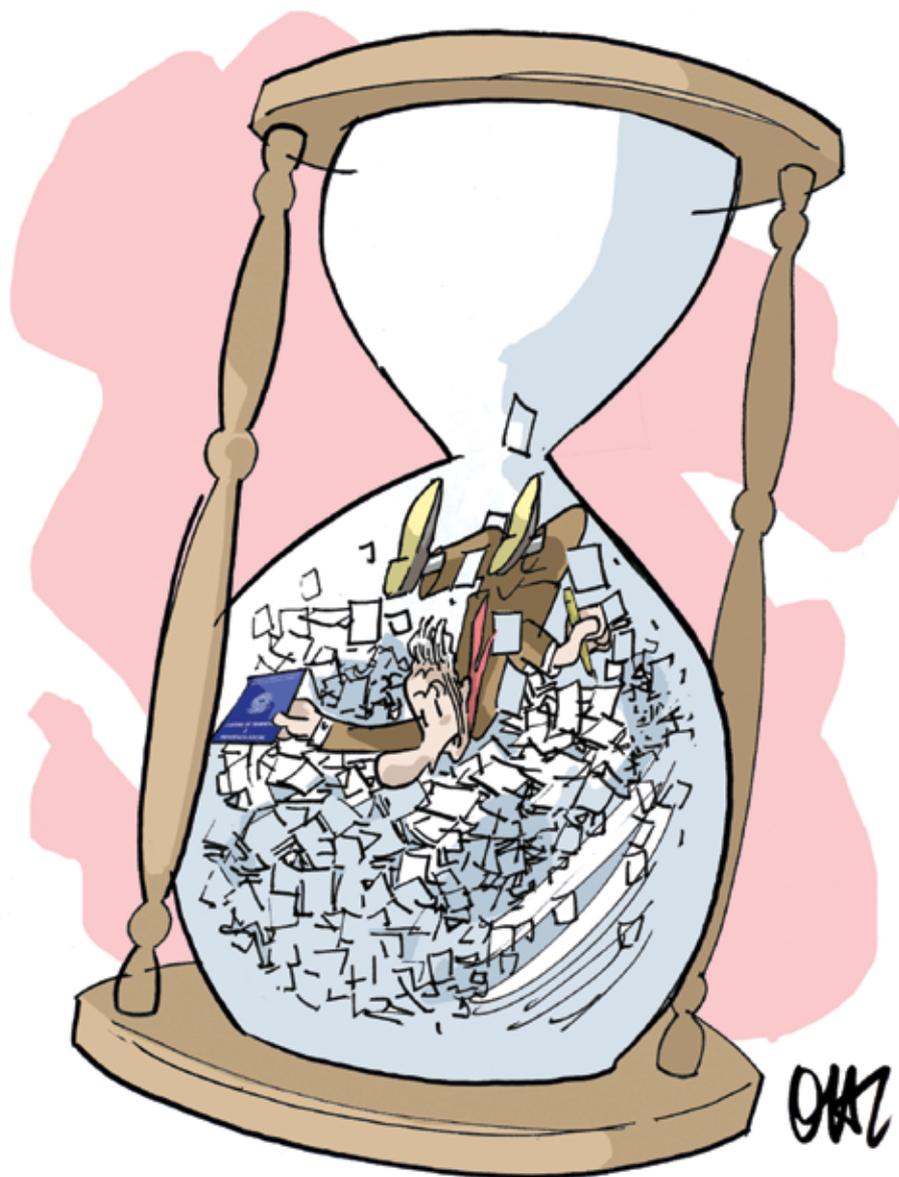
Para o professor da ECA, o segredo está numa só palavra: engajamento. “Se nos engajássemos, estaríamos numa USP melhor. A valorização do professor se dá quando se tem engajamento. Com todos aqui, a Universidade cresce”.

# CRÔNICA DE CERTA TRAJETÓRIA DOCENTE IMAGINÁRIA, OU QUASE

Flávio C. A. Tavares

Professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq-USP).

Membro do Conselho Editorial da *Revista Adusp*



*Imaginemos: pessoa talentosa gradua-se em universidade pública com ótimas notas, bolsas de iniciação científica, participação em congressos.*

*Parece garantido seu passaporte para a pós-graduação ou um bom emprego. Mas este não aparece e nosso personagem conclui mestrado e doutorado valendo-se de bolsas de estudos. Como ainda não surge o bom emprego, concorre a bolsas de pós-doc. Luta para sobreviver. Consegue, por fim, aprovação em concurso para universidade pública!*

*Mas descobre, depois de algum tempo, que ao aposentar-se receberá um pífio benefício...*

**E**stamos a viver no Brasil uma situação no mínimo preocupante e que parece estar acontecendo em vários lugares... Imaginemos que uma pessoa de talento, dedicada, conclui seu curso de graduação em universidade pública com ótimas notas, estágio com bolsas de iniciação científica, participação em congressos com apresentação de trabalhos e sempre fez tudo certinho. Tudo indica que tem garantido seu passaporte para a pós-graduação ou um bom emprego.

O emprego não apareceu e com bolsa de estudos conclui o mestrado em breve tempo trabalhando o mesmo tema da IC e, quase sempre, também o doutorado na mesma linha. Dotado de inegáveis qualidades e revelando talento para a pesquisa, acha que tem futuro e que precisa publicar grande número de artigos, de preferência em revistas de grande impacto. Assim, estará se qualificando para ingressar na vida profissional em instituições de prestígio ou com maiores chances de ganhar um bom salário. Acreditando nesse talento e nos anos de dedicação aos estudos, na falta de oportunidade de um bom emprego para um doutor, passa a concorrer a bolsas de pós-doutorado e assim, com várias renovações, começa a se sentir ainda mais competitivo para participar de concursos para ingresso na carreira docente ou de pesquisador, tanto faz!

Esse início na vida profissional é uma fase incerta para a maioria, com muitas desistências e, também, vitórias. Nesse começo sabe que estará

sempre posto à prova, e que precisará de muito esforço para publicar o maior número possível de trabalhos. Logo percebe que, sozinho, a tarefa é difícil. Recorda que no mestrado ajudou estudantes de iniciação científica e que no doutorado ajudou mestrandos... Sabe que este é um ótimo modelo a seguir e com maiores chances de continuar sendo produtivo, mesmo percebendo que muitos grupos de pesquisa, ao agir assim, na realidade praticam uma forma de terceirização

*“Entra em contato com aquele orientador a quem tanto deve, líder do grupo de pesquisa com quem trabalhou vários anos. Este, com satisfação, faz contato com outro colega líder, e nosso personagem consegue mais uma bolsa de pós-doc — e se ampliam as redes de influência”*

da orientação, que em muitas situações tem como maior beneficiário o líder do grupo de pesquisa, que amide impõe seu nome como co-autor de tudo o que é produzido.

Sabe que há casos de famosos com centenas de trabalhos publicados e que há uma febre para vencer barreiras anuais de publicações, mais que trinta ou quarenta trabalhos por ano, e até mais, o que é visto como exemplo a ser valorizado e invejado

por outros. Mas não há tempo para questionar essa forma de fazer.

Nessa trajetória, a pessoa que imaginamos de talento, empreendedora e sempre atenta às oportunidades vai ao exterior fazer um *post-doctorate* e se lá não fica, retorna acreditando ter mais trunfos para poder vencer os competidores. Mesmo vivendo em condições de precariedade acredita em si — e se chegou a constituir família, a vida que já era apertada passou a ser apertadíssima e com muitas renúncias.

Percebe que precisa fazer mais e tudo faz para ser aprovado em concursos, pois precisa de alguma estabilidade, afinal há outros a cuidar.

Se não for aprovado, pode contar com uma vitória a mais a acrescentar no currículo, mas tem que continuar insistindo.

Pode ser que tenha chegado a dar algumas aulas numa faculdade particular e, neste caso, certamente aprendeu que precisa esconder seus títulos e currículo, pois além de não se pagar pelos títulos e pelo “mérito” que lhe foi tão caro construir, em algumas “instituições” estes podem, mesmo, lhe custar o emprego. Submetendo-se, sabe que foi contratado em condição precária e remunerado por hora-aula por valor indecentemente baixo. Para ganhar um pouco mais do que uma bolsa de estudos tem que assumir mais de 30 horas por semana e muitas obrigações. Dificilmente resistirá nessas condições, pois a lide docente toma muito tempo e logo se sente pouco produtivo, desmotivado diante de tantos alunos desinteressados e mal preparados. Um atraso para a vida dinâmica a que se acostu-

mou e com resultados conquistados com tanta dedicação.

Sente-se perdendo *status* como pesquisador produtivo e sabe que merece sucesso, prestígio e poder. Humildemente, entra em contato com aquele orientador a quem tanto deve por sua formação de alto nível, o reconhecido líder do grupo de pesquisa com quem trabalhou vários anos. Este, com satisfação, faz contato com outro colega líder e, assim, com um novo e estimulante projeto, nosso personagem consegue mais uma bolsa de pós-doutorado — e, também dessa forma, se ampliam as redes de influência.

À parte os casos de exceção, ao redor dos 35 anos inicia sua carreira profissional, com grandes expectativas, pois passou em concurso numa universidade pública. Já estava, mesmo, cansado de viver de bolsas e agora, sim, venceu muitos concorrentes e candidatos com excelentes currículos. Seu talento e mérito construído ao longo dos anos de formação foi, enfim, reconhecido.

Agora a vida é outra, mas logo percebe que, junto com a oportunidade de se colocar profissionalmente, quase sempre tem que conquistar espaço, uma salinha ou um cantinho da bancada cedido por alguém mais cordial; e batalhar muito para conseguir recursos para sustentar seu trabalho, quase que sozinho, pois afinal não paga água e luz e ainda tem um espaçozinho para trabalhar. Sabe que tem de se firmar também como líder de grupo de pesquisa, formar seu próprio grupo; e que precisa batalhar em outras frentes para ser creditado

junto às agências de fomento, afinal as conhece bem, pois vivendo de bolsas sempre se esmerou em apresentar substanciais relatórios revelando seu excelente desempenho na pós-graduação e pós-doutorados. Ser visto com bons olhos pelas agências financiadoras valeu à pena e sabe que não pode e não deve descuidar-se nunca...

Mas a luta continua e há que prestar mais concursos para ascensão na carreira, o que demanda maior cuidado com o preenchimento do Currículo

***“Nossa  
pessoa imaginária  
deixou de contribuir para  
a Previdência enquanto vivia de  
bolsas. Na meia idade, sente cumprido  
um sonhado objetivo de vida, mas  
vislumbra que aos 70 anos, se ainda  
tiver saúde, estará na aposentadoria  
compulsória e sem saber ao  
certo quanto receberá”***

Lattes. Percebe que precisa ser ótimo administrador e, principalmente, dar aulas na pós-graduação, pois aí está a fonte de muitos trabalhos publicados — e ainda bem, sem ter que enfrentar estafantes e numerosas aulas com salas cheias de estudantes desmotivados. Sente que está no caminho certo, fazendo aquilo que sempre quis e formando seu próprio grupo de pesquisa.

Ocorre que o tempo passa — e nossa talentosa pessoa imaginária dei-

xou de contribuir para a Previdência enquanto, por falta de um emprego, vivia de bolsas. Como sempre viveu na incerteza de conseguir a renovação das bolsas, à cata das oportunidades de concursos ou de promessas de dias melhores, não teve tempo para se preocupar com coisas mundanas. Na meia idade, depois de outros tantos concursos para progressão na carreira, sente afinal cumprido um sonhado objetivo de vida, mas aos poucos percebe que o tempo passou. Preocupado, vislumbra que aos 70 anos, se ainda tiver saúde, estará na aposentadoria compulsória e sem saber ao certo quanto receberá como aposentado. Pelas regras atuais, faltariam alguns meses para completar 35 anos de contribuição. E agora?

Depois de tanto tempo preocupado com coisas sérias, esqueceu de fazer as contas considerando um ciclo de vida normal e nunca teve tempo para se preocupar em saber o que são direitos trabalhistas e outras mequinhas em que as associações de docentes sempre insistem. Ora, as greves! Nem pensar. Sempre achou que atrapalham o trabalho e por isso sempre detestou reivindicações e, mais ainda, paralisações.

Mas, fazendo as contas, agora descobre que sofrerá rebaixamento de seu poder aquisitivo quando vier a receber o benefício previdenciário. Talvez dê-se conta, então, de que sucumbiu a uma forma desumana de tratamento concedida a quem tanto se dedicou e tanto acreditou estar contribuindo para o desenvolvimento científico e tecnológico, a inovação e o progresso do País.

# INSTITUTOS PÚBLICOS DE PESQUISA CORREM RISCO DE “APAGÃO” EM SP

Tatiane Ribeiro  
Jornalista

Daniel Garcia



*Evasão de pesquisadores ameaça IPPs como o Biológico*

*Arrocho salarial e deterioração das condições de trabalho aceleram evasão de pesquisadores científicos qualificados, que abandonam os institutos públicos estaduais de pesquisa (IPPs) e migram para instituições federais, como a Embrapa, e até para o setor privado. A categoria luta para equiparar seus salários aos recebidos pelos docentes das universidades estaduais, mas a Secretaria de Gestão estadual nega essa possibilidade, escudando-se no artigo 37 da Constituição Federal, emendado em 1998, que proíbe a vinculação ou equiparação de salários no serviço público*

**A** carreira de pesquisador científico paulista dentro das instituições públicas pode estar a caminho do fim. Quem dá o alarme, insistentemente, são os profissionais da área, que sofrem com salários baixos e redução orçamentária ao longo dos anos. A persistência desses problemas traz como consequência direta a evasão acentuada dos pesquisadores, resultando numa perda imensurável da geração de conhecimento. A principal reclamação: a maior parte da pequena verba investida em ciência e tecnologia, cerca de 1,52% do PIB estadual (2008), é aplicada na infraestrutura, sem considerar as condições constrangedoras de trabalho a que estão

submetidos os pesquisadores.

O Estado de São Paulo administra diretamente 19 institutos de pesquisas públicos (IPPs). Vinculados às secretarias de Agricultura, Planejamento, Saúde, Meio Ambiente e Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo, eles representam o berço de grandes cientistas brasileiros e de pesquisas que impulsionaram a modernização do país. O sucateamento dos IPPs foi apontado em reportagem anterior, que citava, ainda, a criação da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (Apta) como fator de privatização dos institutos ligados à agropecuária (“Institutos Públicos de Pesquisa sob ameaça”, *Revista Adusp* 38, setembro de 2006, p. 54).

O sentimento de abandono e

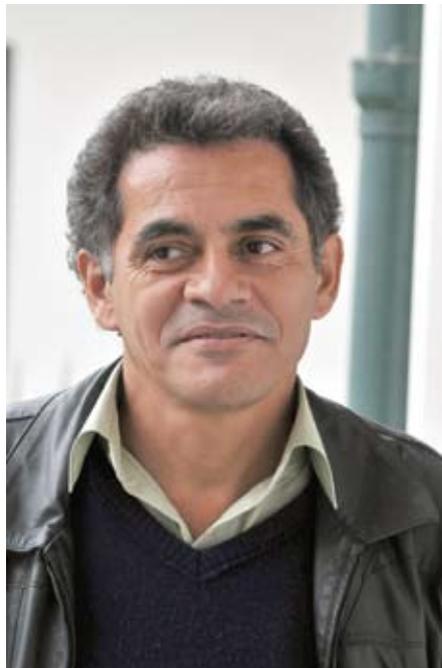
descaso atinge atualmente a todos os institutos. Entre os 1.605 profissionais ativos no setor, a maioria não vê perspectiva de carreira. Os quase 50% que estão próximos da aposentadoria prevêem uma interrupção drástica em importantes linhas de pesquisa em andamento. “Com a proximidade de minha aposentadoria e de outros pesquisadores do laboratório, o trabalho pode ficar reduzido apenas a um pesquisador, portanto, com sua continuidade ameaçada”, teme Júlio Rodrigues Neto, pesquisador que trabalha no Instituto Biológico há 37 anos e coordena o projeto de Coleção de Fitobactérias, uma das mais importantes do globo em termos de bactérias oriundas de regiões tropicais. “Isso seria uma

perda irremediável para a pesquisa científica do país, uma vez que parece não haver projeção por parte do governo para o preenchimento dessas lacunas”.

Muitos outros pesquisadores compartilham essa sensação de desestímulo e revolta. É o caso de José Alberto Caram de Souza Dias, que trabalha no Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) desde 1978. PhD na Universidade de Wisconsin-Madison e pós-doutor em Fitopatologia na Cornell University, ambas nos Estados Unidos, ele ressalta o valor das pesquisas relacionadas à epidemiologia e controle da cultura da batata (*Solanum tuberosum*), que nos últimos anos possibilitou ao Brasil uma redução nos valores gastos com a importação do tubérculo. “Houve uma economia de quase R\$ 35 milhões ao ano. Resultados da nossa dedicação integral que deve ser lembrada pelos governantes e pela opinião pública, pagadora de impostos”, conclui (leia quadro na p. 38).

A valorização dos recursos humanos é a principal discussão do momento. O desinvestimento, que resulta em remuneração incompatível à de seus pares nos ambientes públicos assemelhados, e a ausência de um plano de carreira lógico dentro do atual sistema econômico têm causado prejuízos aos IPPs. “Não adianta só colocar equipamento, funcionário mal pago não tem estímulo para fazer curso. Como ele vai operar uma máquina de ponta sem saber?”, frisa Laerte Machado, presidente da Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo (APqC).

Daniel Garcia



Laerte Machado, da APqC

*Os longos hiatos entre os concursos de ingresso nos IPPs impedem a troca de experiência entre pesquisadores iniciantes e veteranos. Por isso, “há profissionais que se aposentam mas continuam a trabalhar, para não perder o conhecimento adquirido”, explica Machado, da APqC*

Os concursos públicos, meio de ingressar na carreira, ocorrem em intervalos de tempo muito dilatados. Além de oferecer salários inferiores aos das instituições federais,

como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), os concursos chegam a demorar até 10 anos para acontecer, não permitindo que os pesquisadores iniciantes na carreira convivam com os veteranos. “Para haver gradiente de informação é necessária essa troca de experiência. Com os hiatos que estão ocorrendo, há casos de profissionais que se aposentam mas continuam a trabalhar, para não perder o conhecimento adquirido em determinada pesquisa”, explica Machado. Exemplo disso é Olga Russomanno, à frente do Herbário do Laboratório de Micologia Fitopatológica do Instituto Biológico, com 25 anos de carreira. A pesquisadora já está recebendo o “abono permanência”, por ter completado seu tempo de aposentadoria sem deixar a atividade. Sua linha de pesquisas com fungos vai deixar de existir, diz Olga, porque não há sinais da entrada de novos pesquisadores na área.

Outro grande obstáculo é o fato de que, para ingressar na carreira, o pesquisador é obrigado a entrar no nível 1, diferentemente da Embrapa, que contrata conforme a titulação. Além disso, nos IPPs o profissional só pode prestar concurso de acesso a partir do terceiro ano, caso tenha mestrado ou doutorado. Durante esse tempo recebe um salário incompatível com os custos familiares nos grandes centros urbanos, onde estão concentrados os principais IPPs. “O Estado investe na formação desse indivíduo, que na primeira oportunidade muda para as instituições federais ou até mesmo para o setor

Daniel Garcia

**Olga Russomano, do Biológico**

privado, onde as condições de trabalho e os salários são melhores”, lamenta Machado.

Marco Antonio Teixeira Zullo, diretor-geral do IAC, destaca que é de extrema urgência entender que “os recursos humanos, além de necessidades de sobrevivência, têm finitude de ação”. Decorre dessa constatação, portanto, “a necessidade de, além do reconhecimento da importância de sua contribuição e produtividade, viabilizar a substituição das equipes à medida que ocorrem exonerações, aposentadorias e falecimentos”.

A principal reivindicação da categoria é a equiparação com os salários dos docentes universitários. A luta travada desde a implementação da carreira, em 1975, parece não ter fim ante a resistência do governo estadual. Segundo Machado, os pesquisadores públicos desenvolvem atividades iguais às dos professores, como a docência e

IAC

**Marco A. Zullo, diretor do IAC**

orientação de teses e dissertações dentro dos cursos de mestrado e doutorado oferecidos por IPPs.

Criada em 1975, pelo governador Paulo Edydio Martins, a carreira de pesquisador foi promulgada ao mesmo tempo que a dos docentes universitários (Lei Complementar 125/75) e tratada de forma igualitária no que diz respeito à questão salarial, por serem consideradas carreiras congêneres. Porém, após a autonomia conquistada em 1988 pelas universidades, os reajustes concedidos aos professores passaram a ser repassados com atraso aos pesquisadores. No governo Fleury, em 1993, a Lei Complementar 727 reiterou a equivalência e ainda instituiu uma revisão bimestral dos salários. Mas os aumentos não vinham e as gestões seguintes ignoraram a lei. “O governador Mário Covas não deu justificativa. Simplesmente não cumpriu a de-

terminações do governo anterior”, comenta Machado.

*No Instituto de Saúde ninguém conseguiu a equiparação. “Se continuar dessa forma”, adverte Renato Barboza, “teremos grupos de pesquisa menos fortalecidos, o que compromete as políticas públicas e o avanço do Estado”*

A partir desse momento muitos pesquisadores começaram a pleitear o direito na justiça, de maneira individual. Ações idênticas tramitaram por varas diferentes, alguns juízes e desembargadores entenderam que a lei valia, ao passo que outros não, o que terminou por criar uma situação anômala, desconfortável, dentro dos IPPs. “A distorção salarial é o principal motivo da evasão. Não dá para aceitar, por exemplo, pesquisador do nível IV com salário superior ao de nível VI, o primeiro muitas vezes subordinado ao segundo”, exemplifica Rodrigues Neto.

Com a pressão exercida pelos profissionais, em 1999 a norma legal foi reeditada e aprovada como Lei Complementar 859, especificando o salário igual aos “docentes das universidades estaduais”, mas suprimindo a revisão bimestral. Novamente, não foi colocada em prática. A defasagem aumentou e hoje há pesquisadores trabalhando lado a lado, nas mesmas funções,

recebendo valores que chegam a 50% de diferença. “Lei promulgada deve ser lei aplicada. De que adianta tanta discussão, votação, campanhas se o que os deputados votam é deixado de lado?” questiona José Roberto Scarpellini, pesquisador da Apta que obteve a equiparação salarial através de ação ganha na justiça.

Há casos de instituições, como o Instituto de Saúde, em que ninguém conseguiu a equiparação, nem mesmo os que trabalham há mais tempo. “Se continuar dessa forma, teremos grupos de pesquisa menos fortalecidos, o que compromete as políticas públicas e o avanço do Estado”, pondera Renato Barboza, pesquisador daquela instituição que tem o processo tramitando em segunda instância.

Lanfranco Troncone, pesquisador do Instituto Butantan, considera que a diferença salarial dentro dos mesmos níveis da categoria é tão grande que configura uma ilegalidade. Ao contrário de outros colegas, ele perdeu a ação judicial com que tentou recuperar o poder aquisitivo perdido. “Há muitos anos que existe uma movimentação nesse sentido, mas o Estado não responde. Os docentes universitários são a única categoria com a qual podemos ser comparados, é a carreira mais próxima. A gente também dá aula na pós-graduação, então qual é a diferença?”, questiona. Na sua opinião, o sistema de avaliações periódicas a que estão submetidos os pesquisadores é mais rigoroso do que o praticado nas universidades.

## “MEU DEUS, POR QUE TEMOS QUE CO

O pesquisador José Alberto Caram de Souza Dias, do IAC, acredita que o Brasil está “cada vez mais integrado no comércio internacional” e que a prosperidade do país está assentada na agricultura e na pecuária, responsáveis segundo ele pelo fato de termos sido “os últimos a entrar e os primeiros a sair da crise de 2008”.

“O Brasil tem que se cuidar, se preparar”, sustenta ele, para não ser comercialmente prejudicado por barreiras sanitárias criadas por outros países, as únicas vigentes agora que a Organização Mundial do Comércio (OMC) “não contempla mais barreiras sem justa causa”, só as destinadas a conter patógenos.

Isso implica a necessidade de investir para que os institutos de pesquisa tenham setores de zoossa-

nidade e fitossanidade plenamente capazes e dotados de avançada tecnologia. Mais ainda, diz Caram: esses institutos têm que pertencer ao governo do Estado, para garantir neutralidade em disputas comerciais. Têm de ser públicos e contar com pessoal qualificado.

É preciso reforçar o setor de quarentena. Exemplifica: “Disposmos de microscópio eletrônico no IAC, mas é preciso abrir concurso para microscopista eletrônico, um especialista”. É lamentável, diz ele, que esse equipamento esteja ocioso, sem que se contrate um pesquisador habilitado para manejá-lo.

Quando falou à *Revista Adusp*, Caram acabava de retornar da Noruega, onde participou do congresso europeu de virologistas de batata. No IAC, ele desenvolveu

O Estado de São Paulo forma 48% dos doutores brasileiros e produz 50% dos artigos científicos publicados em revistas indexadas. Com a evasão ao longo dos anos, apenas 6% desses profissionais atuam na área pública. “Damos assistência para diversos Estados, enquanto recebemos os salários mais baixos”, critica Machado. A questão da atuação mínima do Estado constitui, para o presidente da APqC, uma perda constante no poder de autonomia sobre o desenvolvimento tecnológico. “Além

dos salários defasados, não investir nas pesquisas traz uma implicação muito grande. Entidades fomentadoras como a Fapesp aprovam, geralmente, projetos de pesquisa aplicada, enquanto as básicas, igualmente importantes, são deixadas de lado”, protesta. Ainda neste quesito, Roseli Torres, pesquisadora do Herbário do IAC, assinala que “a diferenciação é arbitrária e artificial, pois pesquisa aplicada não pode ser feita sem conhecimentos básicos sobre as espécies e sua ecologia”.

## CONTINUAR COM ESTE SALÁRIO?"

um método que permitiu o aproveitamento do que era, até então, mero subproduto: “O broto da batata era descartado, agora é utilizado como semente. O governo chinês me chamou, porque patenteamos uma tecnologia de aproveitamento do broto, mostramos que pode viajar de um país para o outro como semente, de forma muito mais econômica, e principalmente com menor risco de movimentação de pragas do solo, como pode ocorrer no sistema tradicional, em que tubérculos de batata são importados para servir de semente”.

“Nossa dependência da batata-semente importada, por estar livre de vírus, caiu de 20 mil toneladas/ano, nas décadas de 1970-80, para menos de 3 mil t/ano. Saímos de uma produtividade média de



João Zinclar

Caram, no IAC

15 t/hectare para 30 t/ha, havendo alguns produtores que chegam a 60 t/ha. Quem gerou isso foi a pesquisa científica”, explicou o entusiasmado Caram, durante a estadia na China, a um colega canadense perplexo com a criatividade e sim-

plicidade da tecnologia brasileira.

“Meu Deus, porque temos que continuar com esse salário? Hoje um pesquisador PhD em final de carreira tem um salário de 6,5 mil. Inicia carreira na Embrapa com salário maior do que esse”.

***“As instalações físicas não têm manutenção adequada, mesmo quando reformadas com verba da Fapesp ou da Finep. No IAC, há anos não temos faxina regular nas salas”, declara Roseli Torres***

Em agosto de 2009, a APqC enviou ao governo Serra uma proposta de emenda solicitando ato normativo em prol da equiparação salarial, mas não obteve resposta. Procurada pela *Revista Adusp*, a Secretaria de Gestão respondeu, em nota da assessoria de imprensa, que “não consta de nenhuma norma legal vigente a garantia da equivalência salarial entre essas categorias”, pois “de acordo com o artigo 37, inciso XIII, da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 19

de 1998, ‘é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público’.” No entanto, acórdãos favoráveis consideram procedente a premissa de que as carreiras dos pesquisadores científicos e dos docentes universitários são congêneres. Recentemente, a APqC enviou à Assembléia Legislativa uma minuta de decreto que altera a lei 1.022/07, criando uma nova escala de vencimento para os pesquisadores. Os valores apre-

Daniel Garcia

**Troncone, do Butantan**

João Zinelar

**Roseli Torres, do IAC**

Daniel Garcia

**Fernanda Duarte, da Apta**

sentados baseiam-se na média de instituições de pesquisa estaduais e federais.

O trabalho minucioso de pesquisa desenvolvido pelos IPPs requer atividades de rotina rigorosas e outras ações que são desempenhadas pelo pessoal de apoio. São esses funcionários que realizam trabalho de campo, além de acompanhar os resultados, sendo por isso indispensáveis ao bom funcionamento dos IPPs. No entanto, essa categoria também sofre com a baixa remuneração. Nesse caso, afirma Machado, os salários são mais discrepantes e há casos em que o vencimento-base é inferior ao salário mínimo. “O governo acresce os valores com gratificações que não servem de nada no momento de fazer um financiamento ou na aposentadoria. Dessa forma, fica difícil a reposição desses trabalhadores, porque

o salário não é competitivo”.

Olga Russomano afirma que há diversas tarefas diárias, tais como escrever artigos técnico-científicos, prestar atendimento a consultantes, participar de congressos, revisar artigos, entre outras, que são quase impossíveis de concluir sem a presença do apoio técnico. “Tenho de realizar uma série de ações que se acumulam e das quais não dou conta, pois são inúmeras”.

As reclamações também envolvem a infraestrutura dos IPPs. “As instalações físicas não têm manutenção adequada. Mesmo quando reformadas com verba da Fapesp ou da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), depois da reforma o Estado não investe na manutenção. No caso do IAC, por mais absurdo que pareça, há anos não temos faxina regular nas salas”, declara Roseli Torres.

O futuro é visto de forma nebulosa até mesmo por profissionais que acabaram de ingressar na carreira, como confessa Fernanda Calvo Duarte, da Apta. “Se nada mudar com relação à política salarial, com certeza tentarei novos concursos assim que obtiver os títulos necessários”. As conseqüências não atingirão apenas os pesquisadores científicos. O presidente da APqC afirma que pode ocorrer um “apagão científico” no Estado de São Paulo. Caso isso aconteça, adverte Caram, “em médio prazo teremos o encarecimento de produtos (vacinas, remédios, alimentos) que estão com valor em moeda estrangeira e/ou embutem *royalties* [direitos de patente]”. Tais alarmes, diz Olga, deixam claro que “a tendência é a sociedade pagar um preço alto pela ‘pesquisa importada’, pois a do Estado de São Paulo está se esvaindo vagarosamente”.

# INSTITUTO BUTANTAN, PÚBLICO, SUBORDINA-SE A FUNDAÇÃO PRIVADA

Guilherme Jeronymo  
Jornalista

Daniel Garcia



*Criada em 1988 com a finalidade de permitir que os recursos obtidos com a venda de soros e vacinas produzidos pelo instituto entrassem no seu próprio caixa, ao invés de cair no Tesouro estadual, ao longo de dez anos a Fundação Butantan, agindo como mera intermediária, fortaleceu o órgão público. A partir de 1998, porém, a entidade privada passou a comandar o instituto público e a privilegiar a produção em larga escala de imunoterápicos, em detrimento da pesquisa e do setor cultural. A falta de transparência facilitou desvio de R\$ 35 milhões — e gera protestos de funcionários*

**N**a noite de 15 de maio de 2010, os funcionários que residem no conjunto residencial do Instituto Butantan viram o Corpo de Bombeiros entrar no local para debelar um incêndio no prédio que abrigava valiosas coleções de cobras, aranhas, escorpiões e lacraias, que continham exemplares raros, alguns únicos, conservados em frascos com álcool. Nem tudo se perdeu, mas muitas pesquisas terão de recomeçar do zero. Em seguida ao incidente, comoção e polêmica: havia algo de errado, evidentemente, na facilidade com que material tão valioso virou cinza — mas houve quem, como o ex-diretor da instituição Isaias Raw, nada visse de útil nas coleções incineradas. Ainda assim, agências de fomento e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) se preocuparam em garantir fundos para a construção de um novo prédio, mais moderno e seguro, com a finalidade de abrigar esse tipo de material. Sites, como [www.euamoobutantan.com.br](http://www.euamoobutantan.com.br), arrecadaram doações e se tornaram fóruns de apoio e críticas.

Diante de questionamentos, o professor Hernan Chaimovich, ex-diretor do Instituto de Química da USP e atual superintendente-geral da Fundação Butantan, entidade privada que controla o órgão público (*explicaremos, adiante, como isso se deu*), declarou ao jornal *O Estado de S. Paulo*, em entrevista publicada em 27 de junho de 2010, que em 2009 a fundação arrecadou R\$ 273 milhões com a venda de produtos diversos. A maior parte desses re-



**Terreno onde se localizava o prédio incendiado**

curso foi utilizada, segundo ele, na produção de vacinas e no investimento em equipamentos novos. Também foi dito por Chaimovich que o Instituto Butantan recebeu R\$ 60 milhões do Tesouro estadual no mesmo ano e que a maior parte dos grupos de pesquisa atua hoje com verbas de agências de fomento, como a Fapesp e o CNPq, ficando a cargo da Fundação Butantan o gerenciamento da produção.

Voltemos um pouco no tempo. O surgimento do hoje centenário Instituto Butantan deve-se, em grande medida, a Vital Brazil, que iniciou suas pesquisas no Instituto Bacteriológico, hoje Instituto Adolfo Lutz, em 1896, com o patrocínio da instituição. Três anos depois identificou no porto de Santos um surto de peste bubônica, que logo se alastrou. Constatada a indispo-

nilidade de soro em escala suficiente para importação, começaram os esforços para produzi-lo aqui. O governo paulista comprou a Fazenda Butantan, na área onde hoje se situam a Universidade de São Paulo, bairros residenciais e corredores comerciais. Em junho de 1901 foi entregue o primeiro lote de soro contra a peste bubônica. Vital Brazil dirigiu o Instituto Butantan de sua fundação até 1919, e depois de 1924 até 1927.

Do início com instalações precárias, em sua maioria cocheiras adaptadas, o instituto ampliou sua área de atuação, que passou a abarcar a pesquisa relacionada ao tratamento de picadas de serpentes e aracnídeos. Prédios foram construídos e se instalaram, ao longo das décadas, o Hospital Vital Brazil, três museus (o último inaugurado



***Willy Beçak e seus colegas utilizaram o capital gerado pelas vendas da produção do instituto ao governo federal para reforçar o caixa do próprio instituto, e aplicaram os recursos na reforma da infraestrutura***

Beçak chegou à direção do Instituto, onde atua desde a década de 1950, em 1983. À época o órgão sofria com a falta de recursos financeiros e infraestrutura, e o apoio de pesquisadores internos, das lideranças científicas e da Associação Amigos do Instituto Butantan se mostrou insuficiente. Após a “crise do soro” ainda se entregavam soros e vacinas para o Ministério da Saúde sem receber recursos em troca, pois os repasses eram intermediados pelo Tesouro estadual. A superação da “crise do soro” se deu com o apoio do Ministério, que reaparelhou diversas instituições de produção e pesquisa Brasil a fora para criar um sistema nacional de produção de imunoterápicos, política que teve o Butantan como pilar desde a sua proposição.

Em 1988 foi criada, com recursos particulares de cientistas, a Fundação Butantan. O próprio Beçak exerceu a presidência da entidade privada, de 1988 até 1997. “Em dez anos chegamos à ponta na pesquisa nacional. Na época, havia aporte para todos os setores: desenvolvimento científico, desenvolvimento tecnológico, cultura [*museus, equipamentos destinados à visitação pública*], atendimento a funcionários e produção. Fizemos a modernização das plantas e construção de alguns

prédios de produção”, declarou Beçak à *Revista Adusp*. Na época o Centro de Biotecnologia foi criado e foram ampliados os setores de produção e controle, que ganharam prédios próprios para atuar, mesclando recursos públicos e da fundação.

Longe de terem feito alguma mágica, Beçak e seus colegas utilizaram o capital gerado pela venda da produção do instituto ao governo federal para reforçar o caixa do próprio instituto, empregando a fundação como mera intermediária. Com os recursos obtidos realizaram a reforma dos sistemas de energia elétrica, água, telefonia e vapor. Depois de cuidarem da infraestrutura, atualizaram as estruturas de produção e investimento em tecnologia. Contudo, de 1998 em diante, diz Beçak, o Estatuto da fundação foi alterado. Os recursos passaram a ser aplicados prioritariamente nas estruturas de produção, isoladas dos demais setores do instituto.

A mudança na destinação dos recursos ocorreu após mudanças no quadro de dirigentes da Fundação Butantan, ligadas a um cientista cujo nome está envolvido em várias polêmicas: Isaias Raw, já citado neste texto. Procurado, preferiu não dar entrevista à *Revista Adusp*, pretextando não concordar com

em 2002) e diversos laboratórios, onde soros e vacinas foram produzidos até a década de 1980. Em 1984 deu-se o que alguns chamaram de “crise do soro”, quando se descobriu que o instituto estava produzindo soro antiofídico inócuo. Houve uma mudança radical na direção da instituição, que recebeu cientistas recém-aposentados, contratados como lideranças científicas.

A reorganização culminou com a criação da Fundação Butantan, em 1988, por iniciativa do então diretor Willy Beçak e outros. Desde então ocorreu a instalação de um parque de produção de vacinas (da ordem de 180 milhões de doses/ano) e soros (800 mil ampolas/ano), tornando-se o Instituto Butantan peça central nas políticas nacionais de suficiência em imunoderivados do Sistema Único de Saúde (SUS).

o ponto de vista da entidade, mas passou o recado de que a opção por fundações, autarquias e congêneres se dá como forma de agilizar a gestão, impedindo “um saque ao tesouro público”.

Raw foi guindado à direção da Fundação Butantan em processo no mínimo peculiar: depois de chefiar o Instituto Butantan durante a década de 1990, o pesquisador chegara em 1997 à idade de aposentadoria compulsória no setor público. Então, num “conchavo entre amigos”, como foi considerado por funcionários experientes, Beçak abdicou da presidência da fundação em favor de Raw, bastante influente nos conselhos da entidade. Logo que Raw deixou a direção do instituto, o posto foi assumido por Hisako Higashi (que mais tarde transferiu-se para a fundação, de onde sairia em 2009, no cargo de superintendente).

Os críticos de Raw o apontam como um homem preocupado demais com as fábricas de imunobiológicos, deixando a pesquisa básica e outros campos do instituto sem apoio. Mas seu modelo de gestão também encontra apoiadores. Paulo Lee Hoo, pesquisador do Centro de Biotecnologia do Butantan, que dirigiu durante anos na última década e onde coordena pesquisas até hoje, elogia iniciativas controversas de Raw: “Quando ele foi diretor, estimulou os pesquisadores a buscar recursos fora, e isso foi bom, porque o pesquisador tem que ser capaz de buscar recursos para manter a sua pesquisa. Por problemas de recursos limitados, a prioridade da fundação é com a

## O PROTESTO DE BEÇAK

O *Informativo Adusp*, jornal quinzenal da Associação dos Docentes da USP, publicou com exclusividade em sua edição 297, de novembro de 2009, contundente depoimento de um dos mais importantes pesquisadores brasileiros: Willy



Daniel Garcia

Beçak, funcionário do Instituto Butantan desde 1956 e seu diretor entre 1983 e 1991. “O instituto ficou subordinado à fundação. Até os estatutos foram mudados. A fundação passou a estabelecer a política do instituto”, denunciou.

A avaliação de Beçak, investido de autoridade para falar na condição de quem fundou a Fundação Butantan e a presidiu até 1997, é de que nos últimos anos “houve uma inversão” na relação entre as instituições, mediante a qual a fundação — privada — passou a “estabelecer a política do instituto”. “Quem deve dirigir o instituto é a sua diretoria. A fundação deve ajudar”, definiu. “A fundação era bem caracteriza-

da, bem controlada. Era tudo transparente. A fundação era auxiliar do instituto”.

Na mesma edição do *Informativo Adusp*, a diretoria da Adusp publicou editorial a respeito: “Não há motivo para duvidar do professor Beçak quando explica

o que o levou a criar a Fundação Butantan”, assinalou o texto. “Porém, é ele mesmo quem protesta contra a inversão ocorrida nos últimos anos, que subordinou o ente público à direção da fundação privada. O que pareceu uma solução nos primeiros anos transformou-se, contra a sua vontade, em desvio, que compromete o Instituto Butantan”.

Ainda de acordo com a Adusp: “Problemas no setor público devem ser resolvidos com instrumentos da esfera pública. A intermediação de entes privados, mesmo quando realizada a princípio com propósitos meritórios, abre uma brecha convidativa para interesses mercantis.”

Daniel Garcia



Isaias Raw

**Os desvios praticados na Fundação Butantan colocaram na berlinda o processo de privatização do Instituto Butantan. Os funcionários exigem transparência e que a entidade privada aplique no mínimo 10% de seu orçamento anual no instituto**

produção. Mesmo assim, todo laboratório recebe uma verba de R\$ 3 mil por ano, tem equipamentos multi-usuários, e seus técnicos são mantidos pela fundação. O resto temos de buscar fora”.

O Centro de Biotecnologia, responsável pelo desenvolvimento de produtos a partir da pesquisa básica, é o principal ponto de relação entre o Instituto Butantan e a fundação. Inclui tanto o pessoal dos laboratórios, situados na parte alta do Instituto, na qual estão os prédios mais antigos do Butantan (usados pelas equipes pioneiras de Vital Brazil), quanto as fábricas e o moderno prédio da fundação, localizados numa baixada.

Com este modelo, diz Hoo, foi possível dar o salto entre a instituição em crise nos anos 1980 e a instituição “de ponta”. Mas mesmo Hoo admite que Raw às vezes peca por exagero, em especial nas decla-

rações à imprensa, e complementa: “Um pesquisador não pode ser um administrador, ele não desempenhará bem este papel”. O Tribunal de Contas estadual parece concordar: uma pesquisa no *Diário Oficial* aponta reiterados pedidos de esclarecimento acerca das contas da Fundação Butantan de 2006 e 2007 — nas quais, em 2009, o Ministério Público Estadual identificou desvios da ordem de R\$ 35 milhões, mas que podem chegar, de acordo com a revista *Carta Capital*, a mais de R\$ 100 milhões.

A despeito do afastamento de Raw e Higashi dos cargos de presidente e superintendente da fundação, que ocupavam quando o escândalo surgiu, as suspeitas quanto à autoria dos desvios recaem sobre alguns funcionários administrativos e fornecedores. Os cientistas teriam apenas assinado os papéis e cheques sem ler, ou procurar entender, o que neles constava. Seja como for, esses desvios colocaram na berlinda o processo de privatização do Instituto Butantan.

Funcionários do instituto que resistem à privatização, mas mantêm-se no anonimato, por temer represálias, divulgaram suas primeiras denúncias em novembro de 2009. Suas propostas de correção de rumos incluíam o “estabelecimento

de um percentual fixo do orçamento da Fundação a ser aplicado no Instituto Butantan, por exemplo, 10%”, pois a participação da entidade privada no Instituto, em 2008, foi de apenas R\$ 7 milhões, ou 2,3% da receita total de R\$ 300 milhões. “Ou seja, a participação efetiva da fundação no instituto é irrisória”, garantiam eles (“Funcionários do Instituto Butantan exigem transparência da Fundação”, *Informativo Adusp* 296).

A idéia de gerir o Butantan de maneira independente da Secretaria Estadual de Saúde é antiga. Na biblioteca do próprio instituto, documentos de 1966 registram quase dois anos de discussões de uma comissão de sanitaristas e cientistas do instituto e do governo que discutiram sua transformação, e a do então existente Fundo de Pesquisa do Instituto Butantan, na Fundação Butantan, que seria uma fundação de direito público, instituída pelo Executivo estadual e que pudessem (a exemplo de sua versão atual) receber verbas dos governos de outros estados e de São Paulo pela compra de soros e vacinas. A discussão sobre a divisão entre ciência e produção e debates espinhosos como o financiamento das atividades e o regime jurídico de contratação dos funcionários já estavam

presentes nas reuniões. De acordo com Beçak, à época iniciando sua carreira científica no Butantan, esta foi apenas uma das tentativas de pensar outras formas de gerir a instituição, baseando-se no modelo da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Por não resolver problemas salariais e de contratação de pessoal, a fórmula foi deixada de lado, como aquelas que lhe sucederam, até a criação da atual fundação, privada.

A versão atual do Estatuto da fundação, aprovada por seu Conselho Curador em outubro de 2009, estabelece a entidade como “personalidade de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial”, com sede no mesmo endereço do Instituto Butantan e que tem por finalidades, em primeiro lugar, “operacionalizar a produção de imunobiológicos, biofármacos e de outros produtos afins, com vista ao atendimento às políticas de saúde pública” e depois disto colaborar com o Instituto Butantan para facilitar sua atuação, melhorar suas condições de “recrutamento, fixação, formação e aprimoramento de recursos humanos” e “contribuir para a profissionalização e modernização da gestão das atividades” do órgão público.

O Conselho Curador, desde a década de 1980 o órgão máximo da Fundação Butantan, é composto por todos os membros do Conselho Diretor do Instituto Butantan e por um representante do governo estadual, externo à área da saúde. O colegiado tem funções de fiscalização e de direcionamento dos investimentos e linhas de ação, jun-



*A controversa fábrica de vacinas contra a gripe*

tamente com o Conselho Técnico Científico. Cabe-lhe ordenar a realização de auditorias, aprovar orçamentos e prestações de contas e eleger o presidente da fundação, a cada quatro anos.

Outras mudanças aumentaram o poder do Conselho Curador sobre a fundação (e sobre o Instituto Butantan) e inscreveram no Estatuto questões antes presentes apenas no Regimento interno, como os prazos para prestações de contas aos conselhos e a responsabilidade pessoal do presidente e do superintendente geral (ou do superintendente financeiro) em quaisquer

convênios ou movimentações financeiras de monta. Uma mudança no mínimo curiosa é a possibilidade de o presidente “solicitar ao Conselho Curador, sempre que necessário, a transferência de verbas, dotações orçamentárias, abertura de créditos e alienação total ou parcial do patrimônio da Fundação, conforme especificado no Regimento interno”. Na prática, se estabelece uma brecha no próprio Estatuto da fundação para solicitar a transferência de recursos do instituto. Dada a coincidência entre os gestores do instituto e os da entidade privada, a aprovação no Conselho Curador

Daniel Garcia



***Diversas vezes “inaugurada” nas últimas décadas,  
a planta de produção de vacinas contra a gripe  
ainda está sendo validada e ajustada: hoje se domina  
apenas parte do processo, embora já tenha cerca  
de dez anos o convênio com a Aventis-Pasteur***

seja pela existência de conflitos e pressões, seja pela perda de credibilidade que acarretam.

Beçak chama ainda atenção para a separação entre laboratórios de pesquisa básica e área fabril. Para um desavisado, a separação é imperceptível, mas há muro e portões separando as fábricas do restante do instituto, tanto nas fábricas sob administração direta da fundação, que funcionam junto da entrada do instituto, de acesso restrito.

Não bastasse a dificuldade de comunicação interna, a política externa continuamente influencia o instituto. A estrutura fabril, diversas vezes inaugurada nas últimas décadas, em especial a planta de produção de vacinas contra a gripe, chegou a ser parte da propaganda do PSDB e do candidato a presidente José Serra no começo de 2010. A estrutura está sendo validada e ajustada: hoje se domina e se realiza apenas uma parte do processo, embora o convênio com a Aventis-Pasteur tenha cerca de dez anos. Segundo fontes internas, problemas na construção dos sistemas de ventilação da planta atrasaram sua ativação. A fábrica deveria suprir a demanda por vacinas de gripe sazonal e pandêmica (H1N1), cuja compra requer em torno de R\$

100 milhões ao ano. O processo, em menor escala, é dominado e realizado no Butantan desde a década de 1980, com métodos que foram abandonados pela administração de Raw na década de 1990.

Outra obra problemática é a planta para produção de hemoderivados, prometida desde 2004 e continuamente “em construção”. Uma placa, na entrada do instituto, dá conta de que o governo estadual investirá nela cerca de R\$ 60 milhões. Entre as empresas responsáveis pela construção está a construtora pertencente ao ex-vice governador do Distrito Federal, Paulo Octavio, envolvido no escândalo do “mensalão” do Partido Democrata em Brasília, que levou à prisão e destituição do então governador José Arruda.

A própria presença de fábricas na área do Instituto Butantan, que é cercada por zonas residenciais e comerciais, e próxima a um córrego, é questão delicada. No entorno das plantas estão um posto de saúde e uma escola, sem falar nas matas da USP.

O mal-estar com a aparente confusão de papéis entre a administração do instituto e a da fundação originou um pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na

seria logicamente referendada pela direção do instituto.

“É uma nova crise, diferente daquela da década de 1980. Houve inúmeras crises [na história do Instituto], por causas internas e problemas políticos. Não temos hoje uma crise de capacidade, seja técnica ou científica. Há, porém, um perigoso processo de saída de pesquisadores, sem renovação”, comenta o ex-diretor Beçak a respeito do momento atual do Butantan. Tal processo está relacionado aos baixos salários dos pesquisadores (vide texto na p. 34), mas há um peso considerável da crise interna,



Daniel Garcia

**Os museus são um componente essencial do setor cultural**

***Apagado o incêndio, o Instituto Butantan se reorganiza.***

***Mas, ao que parece, as recentes mudanças***

***de gestão não devem trazer ventos favoráveis***

***à democracia interna e à publicidade das ações***

Assembleia Legislativa, em junho de 2010, sem resultado. Formulado pelo deputado estadual Fausto Figueira (PT), o pedido fazia menção ao caso de corrupção e desvio de recursos públicos, ao “colapso” da fábrica de vacinas e ao recente incêndio, de acordo com o parlamentar a crônica de uma morte anunciada. Para Figueira, “apesar da indiscutível qualidade do corpo técnico-científico, a gestão é um desastre que redund

nestas falhas”, o que justificaria a criação de uma CPI.

Apagado o incêndio, o Instituto Butantan se reorganiza. Mas, ao que parece, as recentes mudanças de gestão não devem trazer ventos favoráveis à democracia interna e à publicidade das ações. Enquanto a Fundação Butantan passa por reformas em seu quadro de funcionários, com apoio de consultoria privada, esperam-se eventuais reflexos da

troca de comando no Palácio dos Bandeirantes, dentro de alguns meses, e também na gestão da Secretaria Estadual de Saúde, esta em razão do falecimento do seu titular, Luiz Roberto Barradas, e de sua substituição por Nilson Ferraz Paschoa.

Quanto a Isaias Raw, ainda integra o Conselho Técnico Científico da fundação. Mantém sala no instituto, com equipe e linha telefônica direta, como outros aposentados ilustres do órgão público, a exemplo de Willy Beçak e de Henrique Moisés Canter, ex-diretor da divisão cultural.

Por fim: apesar de repetidas solicitações da reportagem, a direção dupla do instituto e da fundação não atendeu à *Revista AduSP*.

# OS TRIBUNAIS E A EFETIVIDADE DOS DIREITOS DO SERVIDOR PÚBLICO

Lara Lorena

Advogada da Adusp e Adunifesp



*Com atraso de décadas, o STF muda de posição quanto aos efeitos do mandado de injunção, ação específica para pedir a regulamentação de norma da Constituição Federal e proteger os eventuais lesados pela omissão da lei. Nesta situação estão os servidores públicos que trabalham sob condições insalubres, que acabam de adquirir o direito à aposentadoria especial, bem como todos os trabalhadores submetidos à precarização de direitos — terceirização desenfreada, cooperativismo fraudulento, estágio irregular — no setor privado e também no setor público*

**O** Mandado de Injunção foi uma inovação introduzida no sistema jurídico pátrio pelo Constituinte originário de 1988. É uma ação constitucional que pede a regulamentação de uma norma da Constituição Federal, quando os poderes competentes não o fizeram. O pedido é feito para garantir o direito de alguém prejudicado pela omissão. E se caracteriza por ser um instrumento processual constitucional hábil a dar efetividade ao exercício de direitos, liberdades e prerrogativas inerentes à nacionalidade, soberania e cidadania ante a falta de norma regulamentadora.

Muito embora sua inovação, a sociedade brasileira e sua corte constitucional suprema não estavam preparados para capitanear tanta evolução. A mentalidade e pensamento preponderante não

acompanharam com a mesma concommitância a nova forma de combate à inefetividade das normas constitucionais.

Devido à interpretação que até então imperava no Supremo Tribunal Federal (STF), o instituto do mandado de injunção acabou por tornar-se um instrumento inócuo, sacrificado pela visão majoritária da corte e fadado ao completo desuso, para frustração de toda a sociedade, e de nós, operadores do direito, em especial aos jovens formandos, que como eu, à época das cadeiras universitárias, anteviam com brilho no olhar a incrível possibilidade de proteção dos direitos sociais do indivíduo que esse instituto proporcionava.

O STF defendeu, por muitos anos, a aplicação da teoria concretista no tocante aos efeitos do mandado de injunção. Segundo essa teoria, ao Poder Judiciário caberia

apenas o reconhecimento formal da inércia legislativa e comunicação ao órgão competente para elaboração da norma regulamentadora necessária ao exercício do direito constitucional não efetivado. Contudo, a decisão do STF não tem poder sancionatório, capaz de obrigar o Congresso Nacional a elaborar a lei.

O Congresso Nacional e a Administração Pública, amparados por essa posição do STF, sempre se sentiram confortáveis para não regulamentar o direito inviabilizado. Em uma postura repreensível do ponto de vista moral, ético e de uma democracia republicana, que se pretende defensora dos direitos sociais do ser humano, vale-se dessa situação para, fundamentando-se em questões orçamentárias, deixar de oferecer ao trabalhador o direito que já lhe foi assegurado constitucionalmente.

São diversas as formas de preca-

rização dos direitos trabalhistas, e entre essas formas estão a terceirização desenfreada, o cooperativismo de mão de obra fraudulento, o estágio irregular, como exemplos. E nessa atuação o empregador privado não está sozinho, pois os próprios órgãos públicos, que deveriam ser os primeiros a erradicar o vilipêndio aos direitos trabalhistas, são coniventes, utilizando-se também desses expedientes burlescos e omitindo-se na aplicação concreta dos direitos de seus servidores.

Com o atraso de praticamente 20 anos, desde o fim de 2006, e com maior vigor em 2007, o STF passou a rever sua posição quanto aos efeitos do mandado de injunção, em parte, pelas recentes mudanças que ocorreram nas cadeiras da corte, ou seja, na sua composição.

Foram marcos dessa nova brisa as decisões prolatadas nos mandados de injunção de números 670, 708, 712 e 721. Impossível não transcrever as palavras do voto do ministro Marco Aurélio, relator no mandado de injunção 721, de 27/9/2006, cujo julgamento versava sobre o direito à aposentadoria especial de servidor público, dada sua importância e lucidez, e por constituir verdadeiro marco na evolução jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal:

*“É tempo de se refletir sobre a timidez inicial do Supremo quanto ao alcance do mandado de injunção, ao excesso de zelo, tendo em vista a separação e harmonia entre os Poderes. É tempo de se perceber a frustração gerada pela postura*

*inicial, transformando o mandado de injunção em ação simplesmente declaratória do ato omissivo, resultando em algo que não interessa, em si, no tocante à prestação jurisdicional, tal como consta no inciso LXXI do art. 5º. Da Constituição Federal, ao cidadão. Impetra-se mandado de injunção não para lograr-se de certidão de omissão do Poder incumbido de regulamentar o direito a liberdades constitucionais, a prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania. Busca-se*

*parágrafo segundo do artigo 114 da Constituição Federal, sejam respeitadas as posições mínimas legais de proteção ao trabalho”.*

E para sacramentar a alegação de que os efeitos do mandado de injunção não causariam lesão à separação de Poderes, assentou o ministro Eros Grau, em seu voto-vista no MI 721:

*“Pois é certo que este Tribunal exercerá, ao formular supletivamente a norma regulamentadora de que carece o artigo 40, parágrafo 4º, da Constituição, função normativa, porém não legislativa”.*

Foi no dia 25/10/2007 que a mudança de posição do STF se efetivou, em verdadeiro divisor de águas, no julgamento de três mandados de injunção (670, 708 e 712) sobre o direito de greve dos servidores públicos civis.

O Tribunal, por maioria de votos, propôs como solução para a omissão legislativa do direito de greve dos servidores públicos a aplicação da Lei 7.783/89, que regulamenta o exercício de greve dos trabalhadores da iniciativa privada, no que couber. Nas palavras exemplares do ministro Celso de Mello, proferidas na sessão de julgamento, se revela a mudança de pensamento daquele Tribunal:

*“Não se pode tolerar sob pena de fraudar-se a vontade da Constituição, esse estado de continuada, inaceitável, irrazoável, e abusiva inércia do Congresso Nacional, cuja omissão, além de lesiva ao direito dos servidores públicos civis — a quem vem se negando, arbitrariamente,*

***“Em 25/10/2007  
efetivou-se a mudança de  
posição do STF, no julgamento  
de mandados de injunção sobre o  
direito de greve dos servidores públicos.  
O Tribunal propôs como solução a  
aplicação da Lei 7.783/89, que  
regulamenta o exercício de greve  
na iniciativa privada”***

*o Judiciário na crença de lograr a supremacia da Lei Fundamental, a prestação jurisdicional que afaste as nefastas conseqüências da inércia do legislador. Conclamo, por isso, o Supremo, na composição atual, a rever a óptica inicialmente formalizada, entendendo que, mesmo assim, ficará aquém da atuação dos Tribunais do Trabalho, no que, nos dissídios coletivos, a eles a Carta reserva, até mesmo, a atuação legiferante, desde que consoante prevê o*

*o exercício do direito de greve, já assegurado pelo texto constitucional — traduz um incompreensível sentimento de desprezo pela autoridade, pelo valor e pelo alto significado de que se reveste a Constituição da República.”*

A resposta do STF, ainda que atrasada, seria desnecessária se estivéssemos diante de um Estado que respeitasse e cumprisse a proteção nas relações de trabalho, em especial do servidor público, de quem é empregador, como exemplo para todos os empregadores privados, e assim cumprisse seu papel de erradicar a injustiça da falta de proteção do trabalhador na sua relação de trabalho.

No tocante ao direito do servidor público à contagem especial de tempo de serviço prestado sob condições insalubres, e inviabilizada até então mediante a condição constitucional de regulamentação por norma específica, novamente o STF tomou a frente e se pronunciou em decisão recente em mandado de injunção, ordenando a aplicação da Lei 8.213/91 (lei dos benefícios previdenciários), em especial os artigos 57 e seguintes, supletivamente, no que couber.

Após as novas decisões proferidas em mandado de injunção que trata da aplicação aos servidores públicos do direito à aposentadoria especial para trabalho prestado sob a ação de agentes nocivos à saúde e integridade, já é possível aos servidores públicos:

1. a contagem especial do tempo de serviço prestado sob condições insalubres ou perigosas, no regime

estatutário, com o que cada dia de trabalho seria contado com o acréscimo de 20% (vinte por cento) para as mulheres, e de 40% (quarenta por cento) para os homens, de forma que ambos poderão proceder à contagem destes períodos e acrescentá-los ao tempo normal de serviço para fins de aposentadoria.

2. viabilizar o direito à própria aposentadoria especial, tratando-se de quem tenha sempre trabalhado exposto à ação de agentes nocivos à saúde. Na esfera federal, já há in-

***“O STF tomou a frente e se pronunciou em decisão recente em mandado de injunção, ordenando a aplicação da Lei 8.213/91 e garantindo ao servidor público que trabalhe em condições insalubres a aposentadoria especial”***

clusive a Instrução Normativa nº 6, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, reconhecendo e regulamentando essa possibilidade.

3. o acesso antecipado ao direito de perceber o abono de permanência, uma vez acrescido mais tempo de serviço ao tempo já adquirido; ou ainda, requerer valores retroativos do abono de permanência, uma vez que a implementação dos requisitos de aposentadoria poderia ter ocorrido em data anterior, se

somada ao tempo de serviço a contagem especial.

4. o reconhecimento judicial, para os que ainda não recebem adicional por trabalhar em condições insalubres, ao pagamento do adicional de insalubridade, a exemplo do que já ocorre em várias esferas do funcionalismo público.

O mandado de injunção também beneficiará os servidores já aposentados, na medida em que somando-se mais tempo de serviço poderão alterar as aposentadorias proporcionais daqueles que assim se aposentaram; ou se a nova contagem proporcionar a aquisição de modalidade de aposentadoria mais benéfica, gerando o direito à revisão de sua aposentadoria

Não é apenas no STF que ventam novos, e bons, ares. Na esfera estadual, em uma atitude surpreendente, em recente julgamento de mandado de injunção, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) determinou que, na falta de lei estadual, o Judiciário pode regulamentar direitos diante da omissão do Executivo e Legislativo.

A postura ativa da justiça paulista, na esteira do que fez o Supremo Tribunal Federal, transformou o mandado de injunção de ação meramente declaratória em mandamental. Não satisfeito, o colegiado ampliou o alcance do recurso, determinando aplicar efeito *erga omnes* à decisão, ou seja, com efeito sobre todos os casos envolvendo contagem de tempo para aposentadoria especial dos servidores que exercem atividade insalubre.



“É necessário dar efetividade ao texto constitucional”, afirmou o relator do recurso, desembargador Mathias Coltro, que lembrou a decisão do STF que, por unanimidade, reconheceu a omissão legislativa do Estado e garantiu o direito dos servidores públicos à contagem espe-

cial do tempo de serviço. “A decisão segue o princípio da economia processual e garante unidade jurisprudencial”, afirmou ainda o desembargador Walter Guilherme (em ambas as citações, os destaques são nossos).

O colegiado entendeu que a contagem diferenciada de tempo

para esse tipo de aposentadoria é um direito assegurado aos servidores públicos estaduais, desde 1989, pela Constituição Estadual. Para os julgadores, enquanto o Executivo e o Legislativo estadual não regulamentam o tema, valem as regras da Lei Federal 8.213/91, que dispõe sobre os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Diante desse novo panorama, o Governo Federal finalmente apressou-se a encaminhar ao Congresso Nacional dois projetos de lei complementar regulamentando a aposentadoria especial do servidor público, nas três esferas (União, Estados e Municípios). O conteúdo dos projetos (PLP 554 e 555/10) é um retrocesso nas garantias conquistadas no decorrer do processo histórico de mudanças constitucionais previdenciárias do servidor público, bastando dizer que não garante integralidade ou paridade para a aposentadoria especial do servidor público.

Muito trabalho e engajamento devem ser empreendidos para aperfeiçoar os projetos existentes no Congresso e afastar as más intenções neles embutidas pelo Ministério da Previdência Social, principal responsável pela proposta.

Na obra *A Era dos Direitos*, de Norberto Bobbio, o grande pensador italiano preocupava-se com a necessidade da proteção efetiva dos direitos. Agora já não é bastante a conquista teórica dos direitos. Está na hora, ainda que tardia, de dar efetividade aos direitos árdua e historicamente conquistados pelos servidores públicos.

# JUSTIÇA MILITAR AGORA QUER PUNIR CIVIL POR SUPOSTO CRIME MILITAR

Rudson Pinheiro Soares  
Jornalista

*O civil Roberto Monte, fundador e coordenador do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular (CDHMP) de Natal, está sendo processado na Justiça Militar pelos supostos crimes militares de “incitação à desobediência” e “ofensa às Forças Armadas”. Tudo isso porque, durante evento acadêmico na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Monte declarou que as Forças Armadas precisam de uma “lufada de ar” — as comissões internas de direitos humanos, cuja criação ele defende — e criticou a rígida hierarquia militar. Também são réus no processo 12 sargentos, ligados à Associação de Praças do Exército Brasileiro*

**O** economista Roberto de Oliveira Monte, 55 anos, morador de Natal, militante histórico dos direitos humanos no Brasil, foi interrogado durante duas horas, no dia 12 de agosto de 2010, na Auditoria da 7ª Circunscrição da

Justiça Militar, no Recife. Monte é acusado de ter incitado a desobediência e ter ofendido as Forças Armadas, ao proferir a palestra intitulada “Direitos humanos: coisa de polícia”, no I Congresso Norte-Nordeste de Direito Militar, realizado em outubro de 2005 nas dependências da Universidade

Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Na ocasião, Monte criticou a hierarquia nas Forças Armadas e disse que estas precisam de uma “lufada de ar”. Os crimes de que é acusado são tipificados pelos artigos 155 e 219 do Código Penal Militar (CPM), de 1970, podendo render-lhe cinco anos de prisão.

Promovida pela Associação de Praças do Exército Brasileiro (Apeb), a palestra foi assistida por cerca de 350 pessoas. Monte foi denunciado junto com 13 militares, todos acusados de insubordinação. Um é coronel da Polícia Militar de Alagoas e os demais são sargentos do Exército. “Os sistemas da ONU e Interamericano (OEA) de proteção de direitos humanos possuem vasta jurisprudência no sentido de que as cortes militares não têm o poder de julgar civis por crimes militares, uma vez que a legislação militar serve apenas para regular a conduta de militares na condução de suas respectivas funções”, diz trecho do ofício enviado pela ong Justiça Global a relatores da Organização das Nações Unidas (ONU). A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados emitiu nota, em que afirma: “denunciar Roberto Monte, o único civil nesse processo penal ... é um evidente abuso de poder”, pois os artigos do CPM citados no processo referem-se meramente a delitos de opinião.

O economista foi convocado a depor pela primeira vez em julho de 2008. Ele compareceu, mas como o processo foi suspenso — em razão de *habeas corpus* obtido pelo coronel da PM que era co-réu no caso — não foi ouvido. Mas, após o recente desmembramento do processo, Monte foi novamente convocado. Sua defesa resolveu não solicitar o trancamento do processo, e Monte não se retratou em seu depoimento. A idéia é denunciar o “entulho autoritário” persistente na legislação e na mentalidade das

Forças Armadas. “Estou sendo ‘laranja’ nisso tudo”, argumenta. “O problema ali é outro, é a questão da hierarquia. Eles querem pegar o pessoal da Associação de Praças do Exército Brasileiro. Junto comigo, estão sendo processados 13 militares” (leia entrevista na p. 56).

Monte é um dos precursores em educação em direitos humanos no Brasil. Foi um dos fundadores da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Natal (1978) e, posteriormente, do Movimento Nacional dos Direitos Humanos, e integra o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos desde a sua criação. É consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no tocante à implementação do Portal Nacional de Segurança Humana do Ministério da Justiça. Integra ainda o Conselho Estadual de Direitos Humanos e é coordenador do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular (CDHMP), organização que ajudou a fundar, em 1985, e que herdou o espólio político da Comissão de Justiça e Paz. O CDHMP é responsável pela criação do site DHnet, principal referência, em língua portuguesa, sobre direitos humanos.

Nos anos 1990, o CDHMP denunciou a existência do grupo de extermínio “Meninos de Ouro”, na Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Norte. Por causa disso, a pedido da OEA, Monte passou a ser protegido pela Polícia Federal, que o escoltou por 14 meses. Companheiros seus foram assassinados. “Umas trinta pessoas conseguiram sobreviver

àquele processo e, talvez, não tenham noção disso”, diz. Porém, o fato que mais marcou a história do CDHMP, na visão de Monte, foi a chegada dos restos mortais de Emmanuel Bezerra dos Santos, líder estudantil potiguar assassinado pela Ditadura Militar. “No Brasil tem cerca de 400 grupos de direitos humanos, o único que tem ‘memória popular’ no nome somos nós. De alguma maneira eu levei para o Centro esse negócio de memória histórica”, explica.

Por ironia, Roberto Monte é filho de militar. Nasceu em hospital de caserna, em Fortaleza, quando seu pai, Osvaldo Monte, que era coronel do Exército, lá servia. Um de seus irmãos é delegado de polícia. Seu avô materno também era militar. “Papai era dentista, formado em Fortaleza. Aqui em Natal, nos anos 1940, não existia universidade. A alternativa era ser militar ou religioso, ou ainda quadro do Partido Comunista”, brinca. Conservador, o coronel Monte filiou-se ao Partido Democrata Cristão, chegando a disputar uma eleição para vereador em Natal, em 1960, e passou à reserva em 1966.

A presença de religiosos na família fez Roberto Monte ingressar na Rádio Rural, emissora educativa católica, onde trabalhou por 14 anos. Em 1972, quando estudava no Colégio Marista, já era leitor dos jornais da imprensa alternativa: Opinião, Movimento etc., cujos exemplares ele mantém colecionados e encadernados. No curso de economia da UFRN, onde foi líder estudantil, conheceu o marxismo e a Teologia da Libertação.

**Entrevista**

ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE

**“ELES QUEREM PEGAR O PESSOAL DA ASSOCIAÇÃO DE PRAÇAS DO EXÉRCITO”**

Fotos: Valmir Queiroz



A seguir, os principais trechos de entrevista concedida por Roberto Monte ao repórter Rudson Soares, para a *Revista Adusp*, em 25 de agosto:

**Revista Adusp** - O sr. foi enquadrado no Código Penal Militar

(CPM) por incitar desobediência e ofender as Forças Armadas...

**Roberto Monte** - Incitação e motim para mim é coisa de “Piratas do Caribe”, chega a ser humorístico. O que ocorre é que, a partir de 1988, tudo tem de se adequar à

nova Constituição. Mas fomos enquadrados ali pelo CPM, de 1970. Ou seja: faz de conta que você é sargento. Aí você, inteligente, vivo, começa a estudar e tal. Aí chega alguém que faz Aman (Academia Militar das Agulhas Negras) e acha

que é dono do mundo. Ele o enquadra no CPM. O que tem mais força, o CPM ou a Constituição?

**Revista Adusp** - Mas o sr. é civil.

**RM** - Estou sendo “laranja” nisso tudo. O problema ali é outro, é a questão da hierarquia. Uma matéria na revista *Carta Capital* diz que essa questão de hierarquia nas Forças Armadas brasileiras continua tão forte quanto nos anos 1960. Eles querem pegar o pessoal da Associação de Praças do Exército Brasileiro. Junto comigo, estão sendo processados 13 militares. No processo, foi omitido que a palestra se deu na UFRN, ou seja, em um ambiente universitário.

**Revista Adusp** - Qual sua reação quando soube do processo?

**RM** - Ao término da palestra, fui aplaudido. Todo mundo apertando minha mão, pegando contato. Depois fui embora. Três anos depois aparece um coronel querendo me ouvir. Minha casa sempre teve a presença de oficiais de justiça, em função de uns 14 processos que tive, em função do combate que o CDHMP fez e faz a grupos de extermínio. Desta vez, porém, vi que tinha relação com militares. Entrei em contato com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) federal, que nomeou o advogado Eri Varela. Articulei com a OAB de Pernambuco, que nomeou dois advogados, Marcelo Santa Cruz de Oliveira e Frederico Barbosa. Optamos por não entrar com *habeas corpus*, porque nossa visão do processo é política. O assunto tem de render. Uma certeza a gente tem: quando terminar isso, a gente vai processar o Estado.

**Revista Adusp** - Isso foi em 2008. Na época, seu depoimento acabou não ocorrendo.

**RM** - Quando você está sendo julgado e tem uma patente, a pessoa que vai lhe julgar deve ter a mesma patente e o mesmo tempo de caserna. Tiraram a questão do coronel para outra seara. O coronel solicitou o trancamento, através de um *habeas corpus*. O primeiro entendimento é que quando houve o primeiro trancamento, parava o processo de todo mundo. Depois houve o entendimento de que só valia para ele e, com o desmembramento...

**Revista Adusp** - Fale sobre a palestra.

**RM** - Quando o pessoal me convidou eu sabia que poderia ser problemático, tanto que levei um roteiro escrito. Geralmente eu não levo. Eu disse que não entendia, desde criança, como é que um sargento vinha pedir autorização a papai, que era coronel, para fumar. Eu sei como é a relação de oficial superior para sargento. Quando disse isso os caras ficaram animados. Como a maioria, na platéia, era sargento, rolou empatia. Citei o Ricardo Balestreri que diz que você não pode admirar quem você odeia. Os caras foram ao delírio, enlouqueceram. Eles não queriam ouvir, queriam falar. Citei três sargentos mortos pela ditadura: Edson Neves Quaresma, potiguar, que fazia a ponte entre Lamarca e Marighella; Manoel Raimundo Soares, cujo corpo apareceu boiando no Rio Grande do Sul, com as mãos amarradas; e José Manuel da Silva, sargento pernambucano fuzilado no Recife, após delação do Cabo Anselmo. Não fiz provocação.

Minha fala seguiu toda uma lógica racional, dizendo o que deveria mudar, etc.

**Revista Adusp** - O sr. também disse que o Exército não era apenas o Exército de Caxias, mas também de Lamarca, de Nelson Werneck Sodré, de Luis Carlos Prestes, de Apolônio de Carvalho...

**RM** - Os militares não gostam quando se fala em Lamarca, Prestes, Apolônio. Esqueci de falar de Gregório Bezerra, que os militares também odeiam. Mas todos foram anistiados. Lamarca ganhou a patente de coronel e quase ganhou a de general.

**Revista Adusp** - Ainda sobre a palestra: o sr. propôs a criação de núcleos de direitos humanos nas Forças Armadas e disse que elas precisavam de uma lufada de ar...

**RM** - Tudo nesse país vai ter que se adequar à Constituição de 1988. Muitos desses caras foram criados achando que civil é cidadão de segunda categoria. Existe hoje aquilo que se chama de Sistema Global de Proteção aos Direitos Humanos, que é o sistema da Organização das Nações Unidas (ONU) que começa com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, com todos os tratados, convenções... Se você pegar o artigo quinto da Constituição, é a Declaração Universal dos Direitos Humanos pura. Isso é um banho de civilização. Se você tem um Sistema Global, você começa a ter um sistema interamericano. Depois você começa a ter um sistema nacional, um sistema estadual, e um sistema municipal... Você vai trabalhando enquanto sistema. Todos têm que entrar nisso, inclusive as Forças Armadas. É uma questão de tempo.

A universidade já entrou nessa discussão. A Polícia já entrou nisso. As Forças Armadas vão entrar nisso. Peguei agora um material do Instituto Interamericano de San José da Costa Rica que aborda exatamente isso. É questão de tempo. Todo mundo vai ter que ter seu controle externo, aliás, questão que não abordei: controle externo. O que acontece é que as Forças Armadas têm um problema complicadíssimo, em nível interno, que é a relação do oficialato com os praças, que vai de sargento para baixo. É um problema mal resolvido porque eles não adaptaram ainda a estrutura das Forças Armadas à Constituição, ao estado de direito. A idéia dos militares darem “pitaco” em tudo vem desde a Proclamação da República, então eles se acham salvadores da pátria.

**Revista Adusp** - É verdade que os membros do Ministério Público Militar ensaiaram lhe dar voz de prisão ali mesmo, na saída?

**RM** - Eu soube disso depois. Fiquei sabendo que se retiraram porque sentiram que vários crimes estavam acontecendo. Retiraram-se e pensaram em me dar voz de prisão.

**Revista Adusp** - Como foi o depoimento?

**RM** - Foi tudo muito rápido. Eu estava organizando uma viagem para comemorar as bodas de prata do meu casamento, quando chegou o aviso. Eu disse, no depoimento: “Prestes, como vocês sabem, é tríplice-coroadado”, que é o cara que tirou primeiro lugar em todos os graus do Colégio Militar, desde criança. Pouquíssimos conseguiram. Perguntaram-me se os presentes na palestra sabiam o que eu ia dizer, se me pe-



**“Muitos desses caras foram criados achando que civil é cidadão de segunda categoria. A idéia dos militares darem pitaco em tudo vem desde a Proclamação da República, então eles se acham salvadores da pátria”**

diram aquele discurso. Perguntaram também se eu não queria me retratar. Se sim, o problema ficaria para os outros processados. Mas eles mexeram com a pessoa errada. Eu vou acabar sendo quem vai complicar. Internamente, estão dando um arrocho, para os 13 militares abrirem. Em termos táticos, para as Forças Armadas, seria melhor eu cair fora. Aí, eles pegariam toda essa galera de sargentos, porque, me diga uma coisa, com quarenta e poucos anos, você quer ser expulso do Exército? Não. Lá, no depoimento, os caras só faltavam ajoelhar e pedir perdão... A primeira coisa que um deles disse foi que tinha abandonado a Associação. O cara entrava, quatro caras na frente e todo mundo pedindo desculpa.

**Revista Adusp** - O sr. viu isso?

**RM** - Eu não vi porque estava lá fora. Dois, além de mim, foram ouvidos neste dia.

**Revista Adusp** - Os militares enquadrados estavam na palestra?

**RM** - Não necessariamente. Perguntei a um deles: “Você também estava lá?” Ele respondeu que não, mas que é da Associação. Eles querem pegar a Associação.

**Revista Adusp** - Um editorial da *Revista Adusp* afirmava que “a Ditadura, embora dada por morta, recusa-se a ser enterrada”, pois “sobrevive na mentalidade da cúpula das Forças Armadas, que não hesitam em se colocar acima da sociedade, ignorando decisões judiciais, resistindo ao poder civil e insistindo em manter sob tutela parte do Estado brasileiro”. O que o sr. acha?

**RM** - Que é isso. A discussão é essa.

**Revista Adusp** - Então não houve transição?

**RM** - Precisa ser completada. É que há alguns entulhos aí. Da mesma forma que se fez o novo Código Civil, terão que ser feitos outros códigos.

**Revista Adusp** - A Justiça Militar deveria ser extinta?

**RM** - Vou começar a ler sobre isso, ainda não tenho posição. Agora, civil é para civil e militar para militar.

**Revista Adusp** - A ong Justiça Global, à época, se manifestou a seu favor.

**RM** - Algumas organizações vão entrar como *amicus curiae*: Justiça Global, DH Nacional etc... Querem ser ouvidas no processo.

REGISTRO

# COTAS SEGUNDO KABENGELE MUNANGA

Daniel Garcia



No Sarau da Adusp realizado em 18 de junho foi lançada a edição 47 da *Revista Adusp* e realizou-se um interessante debate sobre as políticas de cotas raciais no Brasil e em outros países — e sobre por que razão a USP não as adota. O expositor convidado foi o professor Kabengele Munanga (foto), do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP). Kabengele respondeu a todas as indagações e questionamentos. Vale a pena registrar, aqui, as passagens mais marcantes de suas respostas no debate.

**Cotas cruzadas.** “Eu sempre defendi como ponto de partida a escola pública. Apesar de os negros terem uma pequena classe média, eu não vejo porque meus filhos vão se aproveitar de políticas de cotas porque são negros, quando tem pessoas nas periferias mais pobres do que eles. Então o corte para mim sempre foi cruzar o critério da escola pública com o critério étnico”.

**Busca da diversidade.** “A questão da demanda da igualdade tem que passar pelo reconhecimento da diferença. Até a diferença cultural. É por isso que as grandes universidades americanas acham que tem que ensinar a diversidade mesmo. Eles mudaram a estratégia. No Estados Unidos não se fala mais de ‘política de cotas’, mas sim de ‘política de busca da diversidade’. Eles desviaram o foco do debate. Já que a cota é uma palavra maldita, ação afirmativa é uma palavra maldita, então a busca da diversidade. Ela é importante numa sociedade, porque é uma riqueza, nós vamos preservar isso. Não vamos ter simplesmente uma universidade com os homens que encarnam a humanidade sem mulheres, então queremos uma universidade com homens, com mulheres, com índios, com negros etc. Então esse é o foco que os americanos estão defendendo hoje: em vez de falar de cotas, de ação afirmativa, falam de políticas da diversidade”.

**Estratégia do silêncio.** “Há um silêncio na universidade. O silêncio faz parte da estratégia. Só pode mudar se a universidade inteira se mobilizar. Quer dizer, a pressão dos alunos negros, brancos da escola pública, os professores entrarem





Fotos: Daniel Garcia

no debate, os departamentos, as faculdades, os próprios conselhos da universidade. As universidades que entraram nas cotas fizeram isso. Mas aqui há uma estratégia de não escutar nada. O Educafro invade a Faculdade de Direito e ninguém escreve uma palavra, no dia seguinte acabou. Quando o pessoal do Núcleo da Consciência Negra queimou pneus lá na Reitoria, fazendo pichações para reclamar cotas, a gente tentou discutir, mas também se abafou isso. Faz parte da estratégia da USP e da imprensa brasileira”.

**Imprensa conivente.** “Há uma certa cumplicidade da imprensa brasileira de [não] discutir a questão racial em pé de igualdade. Não estou dizendo que a imprensa deve estar a favor das cotas, mas eles poderiam oferecer o mesmo espaço para as pessoas que defendem as cotas e as pessoas que são contra

elas. Há uma desigualdade muito grande. Cada vez que há um pequeno espaço, o que você vê é o Demétrio [Magnoli], ou minha colega Yvonne Maggie, que estão lá para falar contra cotas. Quando tentam mudar, de vez em quando, botam quatro pessoas contra cotas, [e] a quinta pessoa, que é a favor, fala mal português e não tem nenhuma formação, nem argumentos para defender, enfraquece já o debate. Isso faz parte de uma estratégia. Então a imprensa brasileira para mim é conivente”.

“Quando o Demétrio publicou aquele artigo no *Estado [de S. Paulo]*, me acusando de ícone da cristalização do racismo no Brasil, [dizendo] que quero suprimir os mestiços no Brasil, eu mandei uma resposta e o *Estado* não publicou, simplesmente ignorou. Isso coincidiu com o fim da Lei de Imprensa, então eles já tinham motivo para dizer que não são mais obrigados”.

**Questão indígena.** “A questão não se coloca apenas para os negros, [mas] para os povos indígenas também. Os primeiros índios que fizeram curso de medicina fizeram em Cuba, em Havana. Saíram daqui para fazer medicina em Cuba. Esse índios, pelo vestibular, não teriam entrado num curso de medicina aqui. Então eles também precisam de cotas. As universidades conscientes definiram porcentagens de acordo com a população indígena nos Estados”.

Sarau de 18/6/2010: debate sobre cotas atraiu público diversificado



# DESAPARECIDO POLÍTICO

Acervo Iconographia

## **Oswaldo Orlando da Costa**

**Militante do Partido  
Comunista do Brasil  
(PCdoB), *Osvaldão*  
(em primeiro plano  
na imagem) lutou na  
Guerrilha do Araguaia.  
Desaparecido desde  
1974. Fotografia tirada  
em 1961 em Marienbad,  
República Checa**



Entre na Internet para conhecer  
a edição eletrônica da Revista Adusp.  
Este número e todos os anteriores  
estão disponíveis na íntegra no site  
[www.adusp.org.br](http://www.adusp.org.br)

Adusp